



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E ENSINO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISE DE DISCURSO

SÍLVIA JUSSARA BARBOSA DOS SANTOS

ORIENTADOR: PROF. Dr. LUÍS FRANCISCO DIAS

***INTEGRAÇÃO DO VOCATIVO NUMA SINTAXE DE BASE
ENUNCIATIVA***

João Pessoa
2004

Dedico este trabalho à minha mãe, amiga e maior incentivadora.

AGRADECIMENTOS

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização e divulgação deste trabalho.

Meu especial agradecimento a Deus e à minha família pelo incentivo e companheirismo nos momentos mais difíceis desta pesquisa.

Por fim, meu sincero agradecimento ao professor, orientador e amigo Luiz Francisco Dias, pelo acompanhamento e revisão do estudo.

Durante a execução deste trabalho, a mestranda recebeu apoio financeiro da CAPES.

RESUMO

Esta pesquisa desenvolve aspectos relativos à inserção do vocativo no âmbito da sintaxe. Com base numa sintaxe de base enunciativa, na qual a enunciação é abordada numa perspectiva histórica, o vocativo pode operar na disjunção de dois planos, a saber, o plano da organização da estrutura frasal e o plano do enunciável. Dessa maneira, o vocativo é inserido na análise sintática como, não apenas o termo que funciona como “chamamento”, mas, também, como “termo suporte” dentro da sentença, pois apresenta a função enunciativa de designar lugares, ou posições, para serem ocupados pelos enunciatários. Este trabalho mostra, então, que o vocativo não é desconectado da sentença, como geralmente é abordado nas perspectivas mais formalistas da sintaxe. Ao contrário, ele se integra totalmente ao corpo sintático da sentença, uma vez que o lingüístico ganha identidade justamente na relação indissociável entre os planos da organicidade e da enunciação.

Palavras-chave: enunciável; plano da organicidade; plano da enunciação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 Sintaxe, Enunciação e Sentido.....	11
1.1 A Gramática em conceito.....	15
1.2 Memória e Acontecimento.....	19
1.3 Enunciação e Sentido.....	22
1.4 O vocativo e a constituição da subjetividade.....	25
2 Quadrinhos: história e constituição.....	29
2.1 A história da História em quadrinhos.....	30
2.2 A constituição da História em quadrinhos e o vocativo.....	34
2.2.1 Vocativos Textualizados.....	35
2.2.2 Vocativos Sintetizados.....	38
2.2.3 Vocativos Soltos.....	42
2.2.4 Vocativos acompanhados de interjeição.....	45
2.2.5 Vocativos em frases imperativas.....	46
2.3 Vocativo não-suporte.....	50
2.3.1 Quando a mensagem designa aquilo que o enunciador fala de si mesmo.....	54
2.3.2 Quando a mensagem designa uma saudação.....	56
3 O vocativo e a constituição enunciativa.....	60
3.1 Análise quanto à constituição da subjetividade.....	61
3.1.1 Análise quanto aos efeitos de sentido.....	65
3.1.2 Desprezo.....	65
3.1.3 Ironia.....	76
3.1.4 Afeto.....	70
3.2 Análise quanto à constituição enunciativa.....	73
3.2.1 Vocativo Suporte.....	76
3.3 Enunciação e Sintaxe.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97

INTRODUÇÃO

Tentamos, neste trabalho, estudar a função vocativo de forma que não o considerássemos como um termo desconectado da frase, conforme o consideram a sintaxe convencional e alguns gramáticos, mas de forma mais profunda, vendo o vocativo como um elemento que pode operar na disjunção de dois planos, como um elemento inserido na organização da frase, e, ao mesmo tempo, preservando sua condição de exterioridade.

A gramática tradicional (GT) conceitua o vocativo como sendo um simples elemento que designa chamamento e essa é sua função sintática. Contudo, não aponta para essa função uma integração definitiva no âmbito do sujeito ou do predicado.

Segundo o gramático Cunha (1986: 167), “o vocativo pode referir-se a um termo da oração, sem que a ele seja subordinado”. O gramático diz que o vocativo não é subordinado ao termo da oração em que se “aloja”, com isso ele quer dizer que o vocativo é independente totalmente da estrutura da frase. Sua opinião não é diferente da de outros gramáticos.

Bechara (2001: 460) diz que “desligado da estrutura argumental da oração e desta separado por curva de entoação exclamativa, o vocativo cumpre a função apelativa de segunda pessoa, pois, por seu intermédio, chamamos a pessoa ou coisa a que nos dirigimos”. Quanto ao vocativo cumprir a função de segunda pessoa, e pôr em evidência a pessoa ou coisa a que nos referimos, isto é, o interlocutor, veremos no terceiro capítulo que Fiorin também se refere a isso, quando diz que, através do vocativo, a segunda pessoa é inserida em cena.

Bechara ainda diz que “pelo desligamento da estrutura argumental da oração, o vocativo constitui, por si só, a rigor, uma frase exclamativa à parte ou um fragmento de oração, à semelhança das interjeições” (p. 461). Observamos que, segundo o gramático, o vocativo é uma unidade à parte, desligado da estrutura argumental da frase. Isso nos leva a crer que, quanto à estrutura frasal, o vocativo pode até estar inserido, mas esse “argumental” que ele acrescenta aponta para uma contradição, e isso é notável na citação do gramático.

Já Perini (2002: 120) inclui o vocativo nos chamados parentéticos que, segundo ele, são elementos que podem posicionar-se livremente entre os constituintes oracionais e que na escrita são sempre separados por vírgula. “Em geral, se sustenta que os parentéticos não têm relação sintática nem semântica com a oração onde se insere...” (p. 121). Porém, o gramático diz adiante que “mesmo quando o parentético é de tipo mais independente, é possível detectar vinculação semântica com certas partes da oração” (p. 123). É nesse espaço de vinculação que, talvez, o vocativo possa se integrar ao restante do enunciado.

Vimos, portanto, que a visão dos três gramáticos, em relação ao vocativo, não difere muito uma da outra, embora Perini não tenha citado diretamente o vocativo, mas pode-se perceber que ele o insere ao nível dos parentéticos. Todos eles são de comum acordo que o vocativo é desligado da estrutura do enunciado. Vejamos, agora, a visão de alguns lingüistas.

Nascimento (2000) analisa o vocativo de uma ótica fonética, e propõe uma classificação funcional: a autora analisou, prosodicamente, o vocativo na fala de crianças de três, quatro e cinco anos de idade.

Segunda ela, o vocativo consiste em um elemento que não pertence à estrutura da oração, mas estabelece entre falante e ouvinte uma relação que possui características que devem ser investigadas mais detalhadamente.

Percebe-se que a autora segue a mesma opinião dos gramáticos, os quais colocam o vocativo como desestruturado da oração. Porém, ela afirma que há uma relação entre o vocativo e o falante/ouvinte, mas não aponta que relação é essa.

Adiante, Nascimento (2000: 48) mostra que, quanto à estrutura, pode haver uma relação do vocativo com o verbo da oração.

¹ (01) Mariana, ² traz o café!

O verbo da oração está no modo imperativo. Sabe-se que a concordância dessa forma verbal se dá com o termo “você” que, nesse caso, não tem que estar expresso na oração. “Os termos você e Mariana são co-referentes”.

Percebe-se que há, realmente, uma relação do vocativo com o verbo, mas essa não é detalhada pela autora. Talvez, essa relação só se estabeleça com vocativos no âmbito de orações imperativas. Isso porque em frases como (13) não seria fácil observar tal relação:

³ (02) Zecão! Estou perguntando o que você achou de mim.

Nascimento categorizou o vocativo em isolados, iniciais, mediais e finais. Os vocativos isolados são enunciados quando o falante está preocupado apenas em chamar pelo ouvinte. Não há preocupação em enunciar uma frase, uma vez que a situação em que esse vocativo ocorre, geralmente, se restringe àquela em que o falante não vê o ouvinte, ou, simplesmente, não tem sua atenção. No caso de não haver uma resposta, o falante o repete. (p, 72).

¹ Nascimento (2000: 48).

² Na modalidade coloquial, a conjugação do imperativo afirmativo coincide com a forma da 3ª pessoa do sing. do presente do indicativo. Na norma culta teríamos “traga”.

³ Turma da Mônica, revista nº 183, p. 46.

Vocativos iniciais são aqueles produzidos pelo falante em que não há espera por uma resposta para completar seu turno de fala. O vocativo inicial marca o fato de que a intenção do chamado é o de comunicar algo ao ouvinte. Os vocativos mediais são todos aqueles produzidos dentro do enunciado, independente da estrutura anterior ou posterior a eles. Já todos os vocativos colocados no final das frases têm a função de confirmar para quem se dirige a mensagem transmitida.

A partir das categorias de classificação, Nascimento (2000) propõe as categorias funcionais, uma vez que as categorias anteriores não são suficientes para englobar todos os casos.

Segundo as conclusões da autora, o vocativo é um tipo de enunciado de características prosódicas específicas, isso porque a análise foi feita sob um prisma fonético. Ela afirma que quanto à descrição e classificação do vocativo, a categoria “chamado à distância” é a que permite maior variação prosódica. A melodia observada nessa categoria está mais próxima ao canto do que da fala. Nascimento observou que no chamado à distância, a criança prolonga a sua fala, e há, assim, uma variação prosódica do vocativo que faz com que a melodia dessa categoria se aproxime mais do canto. O chamado à distância também favorece os fenômenos da reduplicação e do prolongamento.

Os vocativos mediais e finais têm sempre movimento melódico descendente. A presença do vocativo medial numa frase declarativa do tipo sujeito-verbo-objeto faz com que a estrutura prosódica dessa sentença seja modificada.

Os vocativos finais, apesar de terem o mesmo padrão descendente, não exercem influência sobre o contorno da frase. Também são produzidos numa tessitura mais baixa, e o falante não os utiliza para expressar uma atitude, pois se encontram ao final da sentença (p. 122).

Nascimento conclui que, no que diz respeito às faixas etárias, não foram encontradas diferenças prosódicas significativas nas produções dos vocativos de crianças de três, quatro e cinco anos, o que a leva a afirmar que não há uma diferença da melodia do chamado em função da faixa etária.

O trabalho de Nascimento (2000) se deteve, apenas, à questão melódica dos vocativos. Observamos que a autora segue a linha dos gramáticos quando estes dizem que o vocativo é uma unidade à parte da sintaxe.

Por sua vez, Do Lago (1994) apresenta o vocativo como uma das marcas do enunciador e, conseqüentemente, como caracterização do enunciatário. Para isso, a autora estudou os aspectos da enunciação em letras de sambas e de marchas da década de trinta. E o vocativo é um desses elementos que aparecem na maioria das letras analisadas. Isso porque o vocativo é de fundamental importância na comunicação entre enunciador (locutor) e enunciatário (interlocutor).

Para a autora (p. 26), o vocativo é um termo nominal colocado exclusivamente ao lado da segunda pessoa, seja ela explícita ou não. Claro que essa ligação exclusiva com a segunda pessoa (com quem se fala), atribui-lhe o valor de chamar a atenção do enunciatário. Nesse sentido, o vocativo tem a “função” de mostrar uma apreciação, por parte do enunciador, para com o enunciatário. Isto é, o vocativo, nas letras que a autora analisou, tem a função de mostrar que o enunciatário é uma pessoa querida pelo enunciador, pois na maioria das vezes esses vocativos são representados por palavras carinhosas.

Segundo Do Lago, ainda, é oportuno salientar o caráter apositivo que esse termo possui (o vocativo), visto que ela o considera “um aposto especial da segunda pessoa, com quem se fala”, (idem p. 26).

⁴ (03) “Taí / eu fiz tudo pra você gostar de mim. Ó meu bem / faz assim comigo não. Você tem / você tem que me dar seu coração”.

Do Lago explica: quando o enunciador se dirige ao enunciatário, utiliza o vocativo meu bem, o qual, ao exercer a função de chamar o enunciatário, revela que o mesmo é alguém apreciado por ele. Isso pode mostrar, ainda, a identificação da natureza do vocativo com a do aposto.

O vocativo estabelece uma caracterização do enunciatário, pois através dele o enunciador interpela a pessoa com quem fala. É através do vocativo que são fornecidos dados sobre essa pessoa. Essa é, praticamente, a diferença entre os pronomes e o vocativo. Os primeiros têm a função exclusiva de apontar para a presença do enunciatário, o segundo funciona como caracterizadores desse enunciatário, isto é, ele mostra que o enunciador está se referindo a alguém e fornece dados sobre esse alguém.

Nos exemplos abaixo é possível observarmos essa diferenciação entre os pronomes e o vocativo:

⁵ (04) “Tu és, morena, uma ótima pequena”.

(05) “Meu consolo é você, meu grande amor”.

A autora observou a utilização de metáforas, de conotação pejorativa ou não, quando o enunciador se dirige a outros enunciatários através do vocativo. “Língua de trapo”, “bicho papão” e “coração ingrato” ressaltam peculiaridades do enunciatário (p. 33).

O vocativo, além de dar informações básicas sobre quem é o enunciatário, pode também carregar um conteúdo avaliatório, que mostra a idéia que o enunciador tem dessa pessoa. Três valores podem ser apreendidos dos vocativos utilizados nas letras (Do Lago, 1994: 34).

⁴ Maria Chiquetto do Lago (1994: 26).

⁵ (15) e (16) são exemplos retirados do corpus de Chiquetto (1994).

O primeiro, mais comum, é o afetoso, que se expressa em dois níveis: no morfológico, através do diminutivo; e no léxico, através de termos subjetivos, sejam eles substantivos ou adjetivos.

(06) “Meu piriquitinho verde / tire a sorte por favor”.

“Mulatinha frajola / entra aqui no cordão”.

(07) “Abre a janela, formosa mulher”.

“Cuidado, linda sereia / e apanhar não se deixe”.

O segundo valor é o de ironia. Pela própria característica de dissimular a verdade, em muitos casos o tom de ironia só fica claro pelo contexto da letra:

(08) “Olha, escuta meu bem / É com você que eu estou falando, neném / Esse negócio de amor não convém / Gosto de você, mas não é mui...to, mui...to”.

Nesse exemplo, o enunciador utiliza uma fórmula no vocativo que traduziria afeto, não fosse o significado do resto da letra.

O terceiro grupo é formado por vocativos que expressam menosprezo:

(09) “Fala, língua de trapo, pois da tua língua eu não escapo”.

“Deixa a mania do inglês / É feio pra você, moreno frajola”.

As expressões que são usadas como vocativo nas letras, sejam elas de valor metafórico ou não, podem carregar consigo mesmas um conteúdo avaliatório. Os vocativos, então, revelam-nos tanto informações objetivas a respeito do interlocutor (o que nos permite afirmar se esse é mulher, homem, um grupo de pessoas, etc.), quanto subjetivas (a impressão que o enunciador tem de seu interlocutor), através do tratamento que lhe é dado (que, no caso das letras analisadas, ou é afeto, ironia, ou menosprezo), (Do Lago, 1994: 35).

Enquanto o enunciatário é claro (isso porque através do vocativo a pessoa do enunciatário é conhecida, é explícita, é caracterizada), segundo Do Lago, não há marcas no texto que caracterizam o enunciador. Através, portanto,

daquilo sobre o que o enunciador discorre e com quem se comunica é que podemos, geral e vagamente, obter informações sobre sua pessoa, pois raramente o enunciador fornece algum dado sobre si mesmo.

Observamos, então, que na visão dos lingüistas, o vocativo pode ter uma relação maior com o enunciado, tanto semântica como lingüisticamente. Isso quer dizer que sua função pode ser ampliada e que seu estudo deve ser mais aprofundado, e, ainda, que o vocativo, talvez, não seja um termo tão desestruturado assim, como o imagina a GT e os gramáticos.

Baseados nessa justificativa, tentamos a inserção do vocativo na análise sintática, através da teoria da enunciação, proposta por Dias e Guimarães, e, com isso, propomos os seguintes objetivos: investigar a função vocativo no sentido de explicitar seu papel na análise sintática; enquadrar seu conceito num modelo de gramática fundamentado na teoria da enunciação e, de modo geral, estabelecer os parâmetros de inserção do vocativo numa sintaxe de base enunciativa.

A nossa hipótese é a de que o vocativo, tendo em vista a enunciação, pode se integrar de forma consistente ao plano da materialidade lingüística, a saber no âmbito do sujeito ou do predicado.

Todos os vocativos, em nosso corpus, foram analisados conforme a estrutura frasal, ou seja, o modo como eles aparecem na frase, nos quadrinhos, e que constituem, assim, o conteúdo do locutor, o plano da organicidade, e, também, foram analisados conforme a enunciação, a saber, o plano do enunciável. A análise divide, portanto, em dois âmbitos: sob aspectos da estrutura lingüística, e sob aspectos da enunciação.

As frases que apresentam vocativo foram, cuidadosamente, retiradas das histórias em quadrinhos, da Turma da Mônica, de Maurício de Sousa. Foram

analisadas vinte e uma historinhas, das quais selecionamos cento e quarenta e seis frases, nas quais aparecem vocativos.

A análise superficial, isto é, a seleção quantitativa de cada vocativo, foi feita no período de junho a setembro de 2002. A análise mais aprofundada, bem como a separação das categorias e análise do conteúdo enunciativo, foi realizada no período de outubro de 2002 a junho de 2003. De cada categoria foi analisado um número específico de vocativo. Analisamos 16 textualizados; 19 sintetizados; 11 soltos; 5 na categoria de desprezo, 5 em ironia; 8 em afeto; 15 em frases imperativas; 16 junto de interjeição; 10 que mostram a posição do sujeito; 23 vocativo suporte; 18 vocativos não-suporte, os quais serão conceituados e exemplificados nos capítulos segundo e terceiro, formando, assim, um total de 146 vocativos

Dividimos os vocativos, depois de um olhar mais profundo, em três formas: quanto à estrutura frasal, quanto à constituição da subjetividade, e quanto à constituição enunciativa. Na estrutura frasal, estão os vocativos analisados conforme o modo lingüístico em que eles aparecem na frase, e categorizados de textualizados, sintetizados, soltos, acompanhados de interjeição e os que estão no âmbito de frases imperativas, bem como o vocativo não-suporte. Quanto à constituição da subjetividade, estão os vocativos que apontam para uma posição do sujeito, neste caso o interlocutor. E quanto à constituição enunciativa, estão os vocativos analisados sob aspectos do plano da enunciação e que são preenchidos por termos que designam desprezo, ironia e afeto. Nesse tópico, temos, ainda, os categorizados de vocativo suporte.

Para isso, distribuimos os capítulos da seguinte maneira: no primeiro capítulo tentamos fazer uma comparação entre a sintaxe convencional e uma sintaxe enunciativa, bem como tratamos da memória discursiva, do sentido,

segundo a semântica da enunciação, nos moldes de Guimarães (1995). Nesse capítulo há, ainda, um tópico no qual mostramos a relação do vocativo com a subjetividade. O segundo capítulo é um percurso pela história da História em Quadrinhos, já que nosso corpus é em cima das histórias da Turma da Mônica, e análise do vocativo conforme aspectos do plano da organicidade. O terceiro, e último capítulo. A apresentação da relação do vocativo com a enunciação, bem como a tentativa de sua inserção na análise sintática.

Tentamos, com esse trabalho, mostrar que o vocativo é um elemento não à parte da estrutura do enunciado, mas que pode operar entre o plano da organicidade lingüística e o plano do enunciável, isto é, um elemento pode transitar entre a materialidade do enunciado e a exterioridade constitutiva da enunciação. Queremos, ainda, salientar que a nossa pesquisa faz parte de um projeto que visa à construção de uma gramática do Português, coordenado pelo professor Luiz Francisco Dias.

CAPÍTULO PRIMEIRO

1 Sintaxe, Enunciação e Sentido

A sintaxe, como base para a articulação das palavras e frases entre si, não pode se limitar ao nível puramente lingüístico, sem levar em conta as condições de produção, a memória social e o discurso. Isso porque toda frase, ao ser enunciada, nasce dentro de um acontecimento de língua e esse acontecimento se filia a uma memória discursiva, a partir do interdiscurso, e produzindo as condições para o nascimento do novo. Veremos isso com mais detalhe no tópico Memória e Acontecimento.

Não se pode mais pensar numa sintaxe que aborda a relação de um elemento x com y, presentes num enunciado, e que deixa fora elementos n, que embora não estejam presentes no enunciado, estão de algum modo no âmbito da enunciação. Isto quer dizer que não se pode mais pensar uma sintaxe que movimente apenas as estruturas da frase, que veicule apenas pelo plano da organicidade sem se importar, também, com os elementos que podem figurar no que está além dessa estrutura, a saber, o plano da enunciação.

O plano da enunciação ou do enunciável constitui o campo do discurso, onde estão elementos que não aparecem lingüisticamente, ou seja, que não constituem a estrutura frasal, mas são elementos que serão reconhecidos num estudo que capte a memória discursiva da frase. Em Dias (2001), vemos que o plano do enunciável “é, por sua vez, regulado pelo discurso, que arregimenta as forças de representação simbólica (de natureza histórica)”. Dessa forma, segundo ainda o mesmo autor, o plano do enunciável diz respeito às instâncias nas quais o dizer ganha pertinência. Essas instâncias correspondem a

diferentes extratos no campo da memória, vale dizer, diferentes domínios de discurso (Dias, 2002: 8).

Em contrapartida, Dias apresenta, também, o plano da organicidade. Este não é autônomo, porque a materialidade lingüística não tem uma base primária de identidade física.

Um objeto como um lápis tem uma base de identidade na sua própria dimensão. Isso não significa que essa dimensão é independente da dimensão simbólica. Mas a dimensão simbólica, neste caso, é projetada da dimensão material. Os objetos lingüísticos, ao contrário, não ganham identidade a partir de uma projeção da sua dimensão material. Palavras, sintagmas, sentenças não são entidades distinguíveis a partir da sua dimensão material. É na relação com o plano do enunciável que esses objetos ganham identidade (DIAS: 2001. 7).

Necessário é uma sintaxe que não se prenda ao plano da organicidade apenas, e que não se feche em si. Assim, é preciso uma sintaxe “translinear”, que se movimente entre a organização das estruturas e o plano do enunciável. Ou seja, que se movimente entre a estrutura lingüística e as instâncias do discurso.

As gramáticas estruturalistas não têm a preocupação de explicar esse fenômeno da translinearidade porque elas se prendem apenas à formulação das estruturas e à apreensão e classificação das unidades lingüísticas. Segundo Lobato (1978), uma sintaxe dentro desse modelo de gramática estruturalista não revela a ambigüidade de frases da língua; e não associa som e conteúdo, tendo em vista que negligencia o sentido.

Uma gramática explicativa resolveria esse problema, pois deverá explicar a relação enunciado-enunciação, explicando, assim, o jogo da enunciação.

Para isso é necessária uma sintaxe que não abandone as estruturas lingüísticas da frase, mas que, também, leve em conta os elementos do discurso.

Nessa nova sintaxe, um dos pontos importantes é a questão do que é lingüístico e o que não o é. Vejamos um exemplo.

(10) forró do é Caruaru capital a

Para a sintaxe convencional, a sentença acima designa um não-lingüístico porque não obedece às regras sintáticas, não há coordenação elaborada entre os termos. Essa frase seria agramatical. Porém, conforme o plano do enunciável, essa sentença pode se constituir em uma possibilidade, já que no campo da enunciação ela é atestada, tendo em vista que a podemos elaborar, isto é, a sentença acima é fruto de uma elaboração, de uma construção, por isso sua materialidade é possível (Ferreira, 2000). Embora sua estrutura gramatical esteja comprometida, é no campo do discursivo que ela pode ser enunciada e entendida, já que ela é compreendida por contraste a “Caruaru é a capital do forró”.

(11) “Omo faz, Omo mostra”.

(12) “É dando que se recebe”⁶

De acordo com a sintaxe tradicional, a sentença (11) feriu os fundamentos da transitividade. O verbo transitivo direto (fazer/mostrar) pede um complemento que, nesse caso, não aparece no enunciado, isso produziria uma incompletude na sentença. Porém, a frase é lingüisticamente aprovada na textualidade, ou seja, na memória social, no plano da enunciação o verbo ganha transitividade, quer dizer que ele transita de uma parte à outra, e os complementos verbais podem ser identificados na enunciação. Em (12) o “problema” se repete, não há a presença do objeto direto, isso no campo do plano da organicidade, mas há um campo discursivo no qual a memória pode apresentar os determinados objetos que podem preencher os verbos dar e

⁶ Dias, 2002.

receber. Imaginemos, por exemplo, dois campos discursivos: o político e o religioso.

Campo religioso:

- “É dando esmolas que se recebe a graça”;
- “É dando perdão que se recebe perdão”;
- “É dando amor que se recebe amor”.

Campo político:

- “É dando propina que se recebem obras”;
- “É dando suborno que se recebem votos”, etc.

Vejamos um outro exemplo:

(13) Todos os que já ganharam na loteria, Pedro, João, Maria, Ana... estão muito felizes.

Esse enunciado aponta para uma materialidade lingüística, ou seja, não há, lingüisticamente, um comprometimento na sentença, as reticências indicam uma projeção para uma listagem sem final definitivo. Embora não apresente nenhum problema na estrutura gramatical, a sentença aponta para um problema no campo do enunciável, pois é impossível saber quem são essas pessoas projetadas, seria complicado percorrer todo o mundo e colocar o nome de todas as pessoas que já ganharam na loteria. Isso na prática é impossível, mesmo que na teoria seja possível. É, portanto, bem estruturada no campo da organicidade, mas apresenta certa incompletude no campo do enunciável.

Isso comprova que os enunciados podem escapar à organização da língua, podem fugir às regras já estabelecidas gramaticalmente, e segundo Ferreira (2000), podem escapar a uma organização como a sintaxe, a qual busca captar como se dá esse fenômeno (a sintaxe como dispositivo para captar o real da língua).

Para Ferreira (2000), “a fuga dos enunciados, as brechas e deslizes que eles manifestam não devem ser imputados a enganos dos locutores, ou a falhas de desempenho no domínio da língua; mas, sim, a um traço próprio à organização singular da língua (p. 34)”. Isso quer dizer que a sintaxe não se fecha em si. Há falhas, há brechas que são constitutivas da própria sintaxe. São deslizamentos ou movimentação de sentidos que fazem sentido. Essa movimentação de sentido é uma das preocupações de uma sintaxe de base enunciativa. Essa sintaxe, nova sintaxe, se movimentaria entre o plano da organicidade e o plano do enunciável, buscando, assim, uma melhor e detalhada explicação do fato lingüístico.

1.1 A Gramática em conceito

Nesse trabalho, investigamos o vocativo, enquanto função, no sentido de explicitar o seu papel na análise sintática, e tentamos a inserção de seu conceito num modelo de gramática fundamentado na teoria da enunciação, nos moldes de Dias e Guimarães. Com isso, adotamos o mesmo conceito de gramática que propõe Dias (2000).

Trabalhamos com o conceito de gramática que apresenta três dimensões: orgânica, histórica e pedagógica. Essas dimensões nasceram, segundo o autor, da necessidade de se ter um ensino de gramática mais rico, e de se ter um olhar sobre a gramática que vá além das delimitações de categorias morfológicas e das descrições de funções sintáticas. Esse olhar deve procurar aspectos do uso da língua a partir de uma teoria enunciativa.

A dimensão orgânica apresenta a gramática como um corpo de conhecimentos sobre a língua que aspira à completude. Nesse aspecto, ela projeta uma visão integral da língua. Na histórica, propõe-se que toda gramática necessita manter relação com o campo do saber sobre a linguagem, no interior da qual nasceram as gramáticas no decorrer da história. E, por fim, pedagógica porque toda gramática tem que ter compromisso com o ensino da língua, isto é, oferecer ao aluno uma visão abrangente da língua. Esse conceito de gramática está fundamentado na teoria da enunciação, na qual, conforme Guimarães (1995: 66), a enunciação, o sentido, a significação é vista historicamente. Nesse sentido, é necessária uma sintaxe não convencional, uma sintaxe que opere no limiar dos dois planos que Dias (2002) denominou de Plano da organicidade e Plano do enunciável.

As três dimensões citadas acima ganham, agora, uma versão mais moderna em Dias (2004). Nessa versão mais atualizada, Dias trabalha a concepção de gramática fundamentada em três pilares (que são as três dimensões num horizonte mais aprofundado): projeção de completude, conformação tipológica, e diretriz pedagógica, que englobam a dimensão orgânica, a histórica e a pedagógica, respectivamente.

O primeiro desses pilares, que é a projeção de completude (dimensão orgânica), apresenta a gramática, como já dissemos, como um corpo de conhecimentos sobre a língua que aspira à completude, ou que projeta uma completude. A gramática apresenta uma projeção de completude, mas que no real apresenta ainda uma incompletude porque é afetada duplamente. Segundo Dias (2004: 2), a gramática é afetada por uma unidade lingüística historicamente projetada, isto é, determinada por fatores históricos. Assim como a língua é assujeitada à história, a gramática também é assujeitada a fatores de ordem histórica, e que é uma das causas de sua incompletude. Outro

fator que também afeta a gramática é, segundo o mesmo autor, a “tecnologia intelectual”, que visa à configuração de uma harmonia entre suas partes, nesse aspecto, as gramáticas, no Brasil, são construídas em meio a três perspectivas de ordem intelectual que presidem a convergência para essa completude: a perspectiva clássica, a perspectiva estruturalista, e a perspectiva funcionalista, isto porque, ora os conceitos e regras, dentro de uma gramática, constituem-se em um saber sobre a realidade, ora em uma configuração orgânica de língua, e ora em usos configurados a partir de um corpus (p. 3).

Outro pilar é a conformação tipológica (dimensão histórica) que nasce “da relação necessária que qualquer gramática mantém com o gênero que preserva a sua identidade, gênero esse configurado na história da produção de gramáticas” (Dias, 2004: 3). Isto quer dizer que todas as novas gramáticas mantêm, de alguma forma, um diálogo ou referência com as outras gramáticas já existentes, mesmo que haja, e é importante que haja, deslocamentos nas configurações das categorias e elaboração de novas definições para essas categorias. É necessário haver esse “diálogo” com a história da produção de gramáticas na qual essas novas gramáticas se inscrevem.

O terceiro pilar da concepção de gramática que propõe Dias, e que tomamos parte, é a diretriz pedagógica (dimensão pedagógica) que mantém o compromisso com o ensino da língua. Para isso tanto a “completude” como a “estabilidade pedagógica” são favoráveis “e permitem a concentração de um saber consolidado e estável, e, por isso, adequado à prática da consulta. Embora as gramáticas modernas não sejam mais tão presas ao conceito de gramática como manual de consulta, ainda tão arraigado às gramáticas tradicionais e clássicas” (Dias, 2004: 3). As gramáticas modernas já não trazem mais instruções quanto ao emprego “correto” das classes gramaticais, ou da concordância entre os vocábulos na sentença, etc. Mesmo se

desvencilhando, aos poucos, de tudo isso, as gramáticas modernas ainda mantêm o comprometimento com o ensino da língua, a saber, a diretriz pedagógica.

Esses três pilares, nos quais se fundamenta a concepção de gramática que propõe Dias, resumem-se no fato de que a gramática deve adotar uma perspectiva, de um lado, informativa, explicitando as variações da língua para o leitor, de outro lado, que “a gramática deve atuar no ensino oferecendo uma síntese das pesquisas em lingüística”, tomadas por um viés teórico definido. (p. 4). E, em ambos os casos, deve-se rejeitar a perspectiva de um ensino de língua doutrinário.

Assumimos a mesma posição de Dias (2004), ou seja, neste trabalho, tomamos a concepção de que a gramática é um corpo de conhecimentos sobre a língua, sedimentado em três colunas: orgânica, pois aspira ou projeta uma completude; histórica, porque uma gramática deve manter diálogo com um saber configurado na história do saber das outras gramáticas; e pedagógica porque está centrada no ensino da língua, embora isso não signifique que uma gramática deva ditar regras ou modelos de comportamentos verbais.

1.2 Memória e Acontecimento

Todo acontecimento enunciativo, isto é, acontecimento de língua, necessariamente mantém relação com a memória discursiva, ou seja, com outro acontecimento do passado, e com a atualidade do acontecimento. Essa

filiação, do acontecimento à memória, não é perfeita porque deixa escapar algum fato, isto quer dizer que sempre haverá falhas. Sendo o acontecimento fatos que podem se repetir dentro de cenas enunciativas, ou seja, cenas que podem se repetir ao longo da história, para a Análise de Discurso (AD), toda repetição tem falhas, e dentre essas falhas e na quebra dessa filiação, nasce o “novo”. Isto quer dizer que o acontecimento enunciativo, quando se dá, filia-se a uma memória discursiva, e essa filiação não é total.

O acontecimento está ligado à memória por filiação. As falhas que surgem nas repetições do acontecimento vão se filiando à memória, que por sua vez ganham materialidade no discurso, e que se materializam na língua. Porém, nenhuma frase é suficiente para captar a memória na sua totalidade. Ela só é eficaz porque é dita de maneira diferente. É parafraseada. Vejamos:

(14) “Grande é Jesus de Nazaré”.⁷

O deslocamento do adjetivo para o início da frase já mostra que essa é resposta a outras frases. Esse deslocamento nos permiti parafrasear até onde vai a relação desta frase com outras e pode nos mostrar aspectos discursivos dessa sentença. Vejamos outros enunciados que podem envolver a memória da frase (14):

- A cidade de São Paulo é grande;
- O edifício Empire State é grande;
- O Shopping Center Recife é grande;
- Maomé é um profeta grande.

Observamos nesse exemplo que a memória é reformulação, é re-enquadramento. A re-escrita é constitutiva da história e é aí que a memória ganha pertinência. Cada frase acima entrou na história através de um acontecimento de língua, e esse acontecimento se filiou a uma memória

⁷ Todas as frases foram tema de discussão com o orientador.

discursiva. Essa memória (também chamada social) é o que faz com que essas frases mantenham relação de intertextualidade e de interdiscursividade. Intertextualidade é o fato de que um texto, ou uma frase, pode manter elementos que apontam para outro texto, ou outra frase. Interdiscursividade (interdiscurso) vem do fato de que tudo que enunciamos já foi enunciado anteriormente por outros sujeitos, em outros acontecimentos de língua, mas é através da memória discursiva que esses “já-ditos” transladam entre o passado, o presente, e o futuro. Essa ilusão de acharmos que somos a origem do que enunciamos é o que Pêcheux chama, também, de Esquecimento número um. E a história (enquanto campo teórico) produz-se tendo em vista a necessidade de atualizar a memória. Isto é, a memória é aquilo que nos proporciona entrar na história.

A AD considera a memória como social. Esse social é diferente do concebido por Saussure. O social de Saussure trata apenas da repartição da língua homogeneamente, entre todos da sociedade. O social, para AD, é heterogêneo, é movido pelas diferenças, no discurso e na língua, e totalmente vinculado à história.

Segundo Achard (1999), a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação, então, deve ser tomada não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer, a retomada e a circulação do discurso. Por exemplo:

(15) “Mas a Deus tudo é possível”.⁸

Há entre a frase acima e outras tantas um espaço de filiação da memória, ou seja, um espaço para que o discurso seja reconstruído, a enunciação. Assim como em (5), essa frase responde a várias outras, todas ligadas ao espaço da enunciação. A própria conjunção adversativa no início da frase mostra uma

⁸ Dias (2000). Colhida em adesivos de automóveis.

filiação, uma quebra, uma brecha para a memória. Vejamos que outras frases podem se filiar, por oposição, ao espaço discursivo de (15):

- É impossível à engenharia contemporânea irrigar os desertos do planeta terra;
- É impossível aos humanos a viagem intergaláctica;
- É impossível à medicina curar todos os males de hoje;
- É impossível aos homens produzirem o rejuvenescimento.

Todo esse jogo enunciativo acima nos conduz a perceber que uma frase não é algo isolado. Ela tem sempre uma história, pois guarda a possibilidade de retomar uma outra anterior.

1.3 Enunciação e Sentido

A Análise de Discurso (AD) na linha de Michel Pêcheux trabalha com aquilo que em Saussure ficou de fora: a exterioridade da língua. Esta foi excluída por não ser da ordem do sistema. E é o que Pêcheux denominou de discurso. O discurso é um exterior à língua, mas que se materializa nela. Sendo assim, observamos que, através de Pêcheux, o discurso tornou-se como um entremeio entre aquilo que Saussure denominou língua/fala. Isto coloca o discurso como um entremeio. A palavra entremeio, segundo o dicionário, é associada a algo como intervalo, algo que está entre o antes e o depois, entre o acima e o abaixo, mas nunca num lugar fixo. Segundo Orlandi (1996: 27), o sentido, para a AD, não está fixado a priori como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há a determinação histórica.

Segundo Foucault (2000), o discurso está na ordem das leis e por mais que aparente pouca coisa, as “interdições” que o atingem revelam sua ligação com o desejo e com o poder. Isto é, o discurso não só nos traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que lutar, o poder do qual nós queremos apoderar.

Para a AD, o discurso é efeito de sentido(s). Este sentido(s) ou significação, segundo Guimarães (1995: 65), deve ser visto a partir do que se definiu como exterior em Saussure. Ora, Saussure, segundo o autor citado, excluiu o sujeito e a história; e o discurso (efeitos de sentido) é exatamente histórico. A história, aqui, não deve ser vista, apenas, como temporal. Portanto, quando dizemos que o sentido é puramente histórico é porque ele “são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento” (p. 70). E é nessa materialidade que está a historicidade do sentido. Saussure não observou isto, excluiu a história, e é a partir dela que contemplamos o sentido, o discurso. Embora a questão do sentido já tenha sido abordada por Benveniste e Ducrot, esses dois autores permaneceram com a exclusão da história. Porém, nós, concordando com a linha que toma Guimarães e Dias, trataremos essa questão como “uma questão enunciativa em que a enunciação seja vista historicamente. Este espaço procura se apresentar a partir da consideração de que a significação (o sentido) é histórica...” (Guimarães, 1995: 66).

Essa historicidade, como já falamos, não é somente no sentido temporal e nem tampouco a história enquanto disciplina, mas é a história enquanto campo teórico e no sentido de que a significação é determinada pelas condições de produção, e segundo as FDs (formações discursivas). Quer isto dizer que uma frase retoma outra do passado, e aponta para outras possíveis do futuro. Toda frase tem uma historicidade e nasce dentro de determinadas condições e

formações discursivas. No projeto de Pêcheux, segundo Teixeira (2000: 42), “a historicidade é constitutiva do sentido, sendo esse o motivo pelo qual a autonomia da língua não é tomada, à maneira dos lingüistas, como absoluta. Se o sentido não é previamente dado, ele também não pode ser qualquer um, pois aí opera a determinação histórica”:

(16)⁹ Maria, que vivia no luxo e na riqueza, era viciada em jogos de azar, e ao longo de três anos perdeu toda a sua fortuna tentando a sorte nas mesas de jogo. Passou a ser apontada, pelos jornais, como aquela que, de um dia para o outro, tornou-se uma mulher pobre (...).

(17) Os amigos de Maria se afastaram porque não poderiam mais usufruir o luxo de antes. Maria perdeu tudo e passou a mendigar pelas ruas de Caruaru. As pessoas quando sabiam dessa história, costumavam se lamentar, e murmuravam: pobre mulher!

Temos os textos (16) e (17), e ambos não mostram apenas a troca de posições entre o adjetivo pobre e o substantivo mulher, nos enunciados sublinhados. Essa troca não é insignificante, pois produz discursos diferentes. No texto (16), a colocação do adjetivo no final do enunciado pode apontar para um sentido x, o de que tal mulher sofre a falta de recursos financeiros. Já no texto (17), o adjetivo se posicionou no início do enunciado e deu um novo efeito de sentido: o sentido de que tal mulher é digna de dó, de pena, isso porque com o adjetivo posicionado antes do substantivo, a ênfase recai sobre esse mesmo adjetivo, e produz esse determinado efeito de sentido. Isto nos mostra que a unidade de sentido que envolve a enunciação mulher pobre no texto (16) e de pobre mulher no texto (17), “é um efeito do modo de presença de posições de sujeito no acontecimento enunciativo” (Guimarães, 1995: 67). Assim, um acontecimento enunciativo cruza enunciados de diferentes

⁹ Enunciados mencionados em reunião com o orientador, em 2002.

discursos num mesmo texto, ou em textos diferentes, e produz o que se denomina interdiscurso. Em (17), o sujeito mulher é menosprezado, há um sentido de dó, e isso pelo efeito que dá a presença do adjetivo no início da frase. Em (16), o adjetivo dá ao sujeito mulher o sentido de quem possui pouco valor aquisitivo. A simples mudança de posição do adjetivo causa, também, uma mudança de efeito de sentido.

Sendo assim, segundo Guimarães (idem), o sentido se constitui pelo fato de a língua funcionar por ser afetada pelo interdiscurso. Este afeta diretamente a língua, e isso é o que dá autonomia para que ela funcione. Nessa filiação do interdiscurso à língua é que o já dito se apresenta, isto é, a pressuposição, não nos moldes de Ducrot, mas em forma do interdiscurso na enunciação, e filiada à memória discursiva como efeito de sentido.

Em (16) e (17), a palavra “pobre” movimentou as relações “interdiscursivas” umas sobre as outras. O seu deslocamento, ora para o início do enunciado, ora para o final, produz efeitos de sentido diferentes, visto que, com esse deslocamento, o discurso não é o mesmo, e que as condições de produção do texto (16) são completamente distintas das do texto (17). Isto quer dizer que “... quando pensamos certas paráfrases, podemos ver aí o mecanismo de diferenciação interna das formações discursivas” (Orlandi, 2001: 125).

1. 4 O vocativo e a constituição da subjetividade: como o sujeito se apresenta

Para falar sobre subjetividade seria, talvez, necessário percorrermos toda uma longa história, mas tentaremos nos deter apenas no percurso da linha lingüística que segue esta pesquisa.

Segundo Benveniste (1995), a subjetividade é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”, ou seja, essa subjetividade se funda no exercício da língua, e esse locutor experimenta a condição de diálogo no qual ele, ao se definir como um “eu”, evoca um “tu”. “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no discurso” (Benveniste, 1995: 286, vol. I). Com isso, segundo o autor, os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa linguagem.

O autor, ao definir a enunciação como um processo de apropriação da língua para dizer algo, faz passar a noção de sentido pela noção de sujeito, isso porque o sujeito se apropria da língua para se fazer sentido, ou seja, introduz “aquele que fala na sua fala”. Necessariamente, aí entra a figura do locutor, e, conseqüentemente, do interlocutor e a questão da subjetividade. “É na instância de discurso na qual eu designa o locutor que este se enuncia como sujeito” (p. 288).

O Eu e Tu são protagonistas da enunciação, isto é, no processo da enunciação, ao instituir-se um eu, institui-se necessariamente um tu. Quer isto dizer que, para a língua funcionar, é preciso que o indivíduo se constitua, e ele se constitui num eu que designa um tu. Só que nessa relação da subjetividade, o autor trabalha um sujeito centralizado, que se apropria da língua, e no jogo da enunciação ele não leva em conta o sócio-histórico, diferentemente da análise de discurso de linha francesa.

Se, para Benveniste, é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, para a AD, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, ou seja, ele é chamado a ser sujeito. Isso se dá quando o indivíduo é chamado a ter voz ativa nas práticas (rituais) dos aparelhos ideológicos de Estado. Essa se constitui em uma das principais teses da L. Althusser: “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”.

Segundo Orlandi (2001), não podemos reduzir a questão da subjetividade ao lingüístico, pois há de se levar em conta sua dimensão histórica, psicanalítica e ideológica. Mesmo a subjetividade estando definida sobre mecanismos lingüísticos específicos, não se pode explicá-la apenas segundo esses mecanismos. Daí, Orlandi (1998) diz que “os processos discursivos não têm origem no sujeito, embora se realizem nesse sujeito”. Isso gera um paradoxo.

Na linguagem, esse paradoxo pode ser pensado a partir da ilusão do sujeito, a ilusão que ele tem de ser a origem do dizer. Podemos observar essa ilusão através das duas formas de esquecimento que Pêcheux denominou como esquecimento número um e número dois.

O esquecimento número um é o ideológico, no qual o sujeito tem a ilusão que é a fonte dos sentidos, de que é criador absoluto de seu discurso. Isso se dá inconscientemente.

O esquecimento número dois se dá através da linguagem propriamente dita, o sujeito tem uma vaga consciência de que seu dizer já foi dito por outros sujeitos, portanto, isso se dá parcialmente. Nesse segundo esquecimento, o sujeito pode fazer uma seleção, delimitando o que diz e excluindo o que seria possível dizer, naquela mesma situação.

Esses esquecimentos são necessários, pois sem eles não haveria discurso, já que o discurso é elaborado em função do sujeito, no sujeito e pelo sujeito.

Convém ainda lembrar, segundo Orlandi (1988), que a noção de sujeito carrega consigo a noção de contradição e a de incompletude.

Conforme Guimarães (2002), o sujeito se constitui pelo funcionamento da língua, isto é, ao enunciar. Dessa forma, ele fala enquanto sujeito, de uma posição de sujeito e ancorado em uma instituição. A AD explica bem isso quando afirma que o sujeito que enuncia é sujeito porque fala de uma posição

de sujeito, tal como uma posição de professor, de aluno, de presidente, etc. E esse sujeito é afetado pelas práticas dos aparelhos ideológicos de Estado. Por exemplo, um padre, ou pastor, é sujeito de seu dizer porque fala da posição de padre ou de pastor, e ancorado na força da instituição igreja. Além disso, o que ele enuncia só tem força no acontecimento.

O enunciado “Eu vos declaro marido e mulher!” só tem pertinência no acontecimento que é o casamento, e sua enunciação só é possível da posição de padre, pastor ou juiz. Ela pode até ser enunciada fora desse acontecimento e de várias outras posições, mas seu poder de verdade não é eficaz, não produz o mesmo sentido. Isso porque o sujeito que enuncia não fala num tempo determinado, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, “memória de sentidos”, que faz a língua funcionar (idem p. 14).

A língua e o sujeito (enunciador e enunciatário) são partes fundamentais na ordem do acontecimento. Esse acontecimento ou assunção da palavra se dá, conforme Guimarães (2002), em cenas enunciativas. Para ele, uma “cena enunciativa” se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas lingüísticas, ou seja, entre o plano do enunciável e o plano da organicidade (Dias, 2001). O plano da organicidade é a organização da materialidade lingüística: aí entra o conteúdo do locutor; e o plano da enunciação diz respeito às instâncias nas quais o dizer ganha pertinência. Essas instâncias correspondem aos diferentes domínios de discurso.

A “cena enunciativa” ou acontecimento de linguagem é particularizada por distribuição de lugares de enunciação no acontecimento. Porém, para se estar no lugar do locutor, segundo Guimarães, é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, portanto, o locutor não é ele próprio, mas um lugar social de locutor: posição de sujeito. Esse aspecto de concepção de

sujeito escapou a Benveniste. O autor defende que todos têm a oportunidade de dizer “eu”, conforme assegura Benveniste, mas o lugar social é que difere e marca projeção para o futuro, ou para o passado.

Para alguém que se coloca como um “eu”, é preciso que ele assuma um lugar. Sem essa disparidade entre o locutor e o lugar social não pode haver enunciação. Isto quer dizer que para alguém ser sujeito é preciso tomar a palavra, e isso só é possível quando esse alguém se ancora numa instituição, pois é a instituição que lhe vai dar o poder da palavra.

CAPÍTULO SEGUNDO

2 Quadrinhos: história e constituição

Nosso corpus foi retirado dos quadrinhos de A Turma da Mônica, de Maurício de Sousa. Isso porque os quadrinhos apresentam uma linguagem dialógica, que requer sempre uma resposta do interlocutor (enunciador) para o locutor (enunciatário), e por isso há uma presença significativa do uso de vocativos.

Neste capítulo, faremos um percurso, embora curto, pela história da História em Quadrinhos, e mostraremos algumas formas como o vocativo aparece nos textos da História em Quadrinhos. Lembramos que a análise que percorre este capítulo está baseada, apenas, no plano da organicidade.

2.1 A história da História em Quadrinhos

A história dos quadrinhos está praticamente associada à história da humanidade, isto porque se associa, também, à evolução do desenho e da pintura como um meio de comunicação e expressão artística. Daí, difícil datar, ao certo, quando se originou, de fato, a história em quadrinhos. Porém, com o surgimento da imprensa, nascem os jornais e, através deles, os quadrinhos são bem mais divulgados.

Segundo Barbosa (2001), as histórias em quadrinhos, na forma como elas se apresentam hoje, não existiam no início. Houve um processo de elaboração e re-elaboração de técnicas de criação que resultaram na apreensão de uma arte seqüencial respaldada em imagens consecutivas e suas relações de causa e efeito.

“As histórias pioneiras ou as precursoras dos quadrinhos surgiram no século XIX” (Barbosa, 2001: 38). Essas eram criadas para divertir o leitor (comprador) de jornais, ajudando no aumento das vendas. O uso de palavras, de textos escritos, era muitas vezes deixado de lado, dando o lugar às ilustrações. Na maioria das vezes eram criadas num único quadro (conhecido por lâmina ou tablóide). A ênfase da expressão artística encontrava-se no desenho.

Ainda segundo a autora, Wilhelm Bush (1832 – 1908) é considerado o “inspirador das histórias em quadrinhos americanas”. Criou a narrativa Max und Moritz (1865), cuja temática era voltada para a sátira e o moralismo.

Outro artista importante é o professor da Universidade de Sorbone (Paris) George Colomb (1856 – 1945). Considerado o criador da fórmula que deu origem às histórias em quadrinhos, Colomb fez sucesso com a Família Fenouillard (1889) e inovou a arte de retratar histórias fazendo desenhos que dão a idéia de movimento. Além de variar o formato dos quadros.

Porém é a partir do dia cinco de maio de 1895 que realmente “nascem” e começam os quadrinhos a se consolidarem. Através da publicação de Down Hogan’s Alley, no suplemento dominical do New York World, Richard Outcault (+ 1928) cria a primeira personagem fixa: “The Yellow Kid”. Essa personagem possuía traços orientais, enormes orelhas e dentes separados. Usava um camisolão amarelo que funcionava como “quadro de mensagens” (Barbosa, 2001: 42).

Richard Outcault trouxe inovações, primeiro com personagens fixas e legenda, depois com falas e pensamentos em balões, que logo foram incorporados por outros desenhistas.

Em 1897, segundo ainda Barbosa, o desenhista Rudoll Dirks apresenta a primeira história em quadrinhos completa, desenvolvida a partir de diálogos entre as personagens e da seqüenciação de imagens com idéia de movimento, compondo um enredo coerente, com início, meio e fim. Na verdade, ele desenvolveu uma nova história com base nas personagens de Wilhelm Bush (Max und Moritz), a pedidos de William Hearst. Ele cria a série Ach, those Katzenjammer (Ah! Esses garotos Katzenjammer), que chegou até nós como “Os sobrinhos do capitão”.

Antes de os quadrinhos chegarem ao topo do sucesso e se estabelecerem como obra de arte, apreciada e avaliada por estudiosos, além do público leitor, houve muita crítica e censura por parte de alguns segmentos da sociedade.

A partir de 1929, os quadrinhos passaram por alterações provocadas pelo contexto da época: a quebra da bolsa de valores de Nova York. Como a realidade tornara-se muito difícil, os quadrinhos resgataram o sonho de um futuro promissor e de uma vida mais digna através das personagens. Com isso, nasceu o primeiro herói, para amenizar a angústia vivenciada pelos jovens leitores: Tarzan. As aventuras do homem das selvas foram escritas por Edgar Rice Burroughs, e sua criação foi em 1912. Após o nascimento desse novo estilo, muitos outros heróis surgiram para transmitir segurança e proteção ao inconsciente dos leitores. Contudo, o maior herói de todos os tempos ainda nasceria: o Superman, “o maior fenômeno das histórias em quadrinhos”. Nessa época ocorreu a consolidação definitiva das revistas em quadrinhos.

Conforme Barbosa (2001), é o contexto sócio-histórico, principalmente dos anos 90, que vai nortear a criação das histórias em quadrinhos

contemporâneas, as quais refletirão os problemas econômicos como também a omissão e a corrupção do Estado perante as sociedades. Esse é o quadro de evolução dos quadrinhos nas produções americana, européia e japonesa. Aqui no Brasil, o pioneiro dos quadrinhos é o piemontês Ângelo Agostini (1843 – 1910). Chegou ao Brasil em 1859, trabalhou na revista chamada Diabo Coxo (1864), em São Paulo. Com o passar do tempo tornou-se responsável pela ilustração das revistas Vida Fluminense e O Mosquito, estando, então, fixado no Rio de Janeiro. Em 1876, funda sua própria revista: Revista Ilustrada. As suas primeiras histórias ilustradas começaram a surgir a partir de 1867. Criou personagens fixas como Nhô Quim (1869) e Zé Caipora (1883). Também foi colaborador da editora O Malho, que lançou no dia 11 de outubro de 1905 a primeira revista brasileira destinada aos quadrinhos: O tico-tico.

Em 1907, surgiram os almanaques d'O tico-tico e, com eles, os primeiros desenhistas brasileiros publicaram suas criações: As melindrosas, de J. Carlos; História do Brasil Ilustrada (versão), de Leôncio Freire; Reco-reco, Bolão e Azeitona, de Luiz Sá; Chico Muque e Barão de Rapapé, de Max Yantok (Barbosa, 2001: 67).

Um grupo de jovens artistas resolve organizar em 1951, na cidade de São Paulo, a Primeira Exposição Internacional de Histórias em Quadrinhos, embora os quadrinhos brasileiros ainda não tivessem tanta importância e status como os quadrinhos estrangeiros. Com o passar do tempo, nomes como o de Maurício de Sousa ganharam destaque e fama.

Conforme Barbosa (2001: 75), o universo de *A Turma da Mônica* começou a ser criado no início dos anos 60, quando Maurício de Sousa tentou realizar um projeto seu.

Suas primeiras histórias foram impressas em jornais, sob a forma de tiras. Maurício de Sousa passou a pesquisar a tendência do jornal, influenciando a sua criação.

Surgiram problemas no tocante à produção das histórias, pois muitos eram os pedidos e o autor não dava conta de tanto trabalho, isso porque suas histórias eram muito bem apreciadas por leitores e donos de jornais. A partir daí, o autor montou uma equipe de desenhistas e roteiristas, treinados pelo próprio Maurício de Sousa. Com uma equipe montada sua obra expande nacionalmente. Há alguns anos *A Turma da Mônica* está vinculada a produtos como alimento, roupas infantis, jogos, brinquedos, álbuns, papéis de presente, estojos, etc.

Através do intermédio do presidente e fundador da Editora Abril, Victor Civita, Maurício de Sousa pôde exportar as traquinagens de sua turma.

Sua primeira personagem profissional foi o cãozinho Bidu, depois vieram as demais.

Muitas das personagens foram inspiradas em figuras de pessoas e de animais que fizeram parte da história de vida do autor. Os nomes das personagens também têm relação com os ambientes e as pessoas com as quais Maurício mantinha contato, como também com as características físicas atribuídas a cada uma delas (idem p. 80).

“ *A Turma da Mônica* traduz as inquietações e expectativas de crianças, por meio dos textos produzidos. Todo trabalho é monitorizado pelo próprio autor, que avalia o material, fazendo alguns ajustes quando necessário e aprovando o roteiro (ou não) para a publicação. Para Maurício de Sousa, não existe personagem de maior ou menor valor. Todas são importantes, pois participam de sua história, de sua vida. São como seus filhos.” (Barbosa)

2.2 A constituição da História em quadrinhos e o vocativo

A linguagem dos quadrinhos, em especial a linguagem de A Turma da Mônica, é uma linguagem acessível a todas as idades por se apresentar, na maioria das vezes, como coloquial e divertida.

Há sempre a presença de diálogos entre as personagens dos quadrinhos, e isso requer, também, a presença de um locutor frente a um interlocutor. Por isso, o vocativo aparece com tanta frequência nos textos dos quadrinhos, pois este é uma manifestação explícita do interlocutor no plano da enunciação do locutor.

Ao resgatarmos o plano da enunciação do locutor, captamos um lugar sintático “periférico” que é o do interlocutor, através do vocativo. Esse lugar é periférico porque está “à margem” da organização da frase, conforme as perspectivas sintáticas convencionais.

Uma das marcas da interlocução, nesse caso, está, exatamente, na liberdade de colocação do vocativo na frase: no início, no meio, ou no fim. Veremos isso adiante.

Os vocativos aparecem nos quadrinhos analisados sob algumas formas, as quais nos permiti dá-lhes categorias quanto à estrutura frasal, isto é, categorias que designam apenas o lingüístico, ou ainda, como eles se apresentam no plano da organicidade. Postulamos, com base no plano da organicidade, a tipologia dos vocativos apresentada a seguir.

2.2.1 Textualizados

Usamos a palavra “textualizados” porque ela deriva de “texto” e os vocativos que seguem estão completamente separados do restante da sentença por um ponto (seja um ponto final, um ponto de exclamação ou de interrogação), isso faz com que possamos estabelecer uma relação deles a um pequeno texto, e não no âmbito da frase, daí o nome. Tais vocativos sempre vêm no início da frase e, segundo Nascimento (2000), são denominados de vocativos iniciais. Esses vocativos mostram que não há a espera por uma resposta por parte do ouvinte. Constatamos que isso acontece quando esses vocativos não fazem parte de frases interrogativas, direta ou indireta. Vejamos alguns:



(19)



(20)



Em (18), (19) e (20), os vocativos aparecem no início da sentença, e introduzem uma enunciação que não requer, necessariamente, uma resposta por parte do interlocutor, pois em ambos a enunciação constitui-se numa exclamação.

Já nas frases interrogativas, como afirmamos acima, pode haver, por parte do enunciador, a espera por uma resposta para completar seu turno de fala. Ainda assim continuam como vocativos textualizados e posicionados no início da sentença:



(21)

(22)



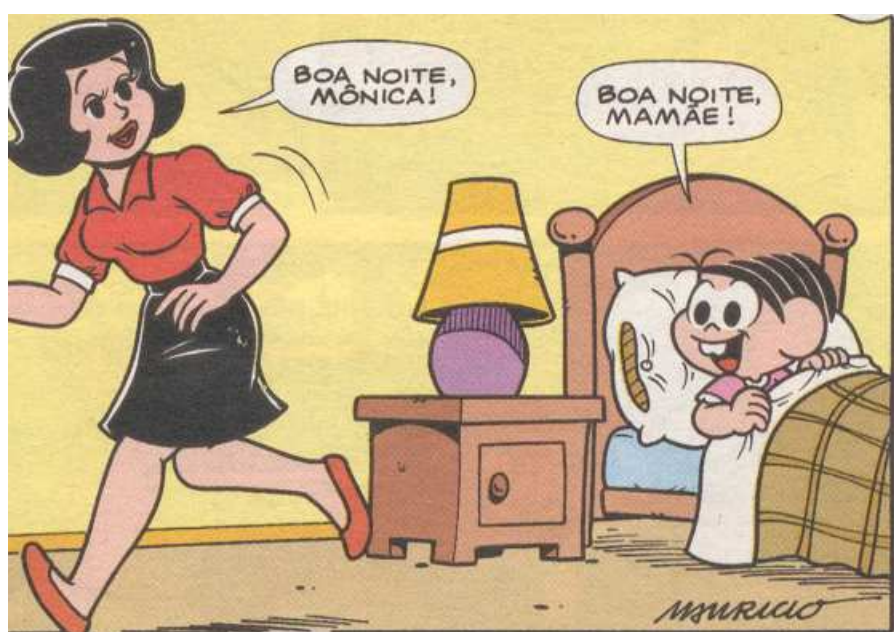
Em (21) e (22) há uma interrogação por parte do enunciador e isso pode fazer com que seja necessária uma resposta por parte do enunciatário. Mesmo assim, os vocativos continuam posicionados no início da sentença.

2.2.2 Sintetizados

Fizemos, também, uma relação do nome “sintetizado” com os vocativos que seguem, porque o nome nos passa a idéia de agrupamento, e tais vocativos não estão isolados, pois são separados do restante da sentença, apenas, por uma vírgula. Então, sintetizados são vocativos separados por uma vírgula.

Geralmente, eles vêm no meio ou no final das frases. Segundo Nascimento (2000), os vocativos no meio de frases são chamados de mediais, e no final são chamados de finais. Segundo a autora, os vocativos mediais são independentes da estrutura anterior ou posterior a eles. Os vocativos finais têm a função de confirmar para quem se dirige a mensagem transmitida. Isso porque a ênfase da entonação recai sobre o próprio vocativo:

(23)





Nos quadros (23), (24) e (25) os vocativos são os chamados “finais”. Tais vocativos, como já fora dito, serve para confirmar para quem se está dirigindo a mensagem, isso porque, como o vocativo está posicionado no final do enunciado, a ênfase da entonação recai sobre o vocativo, ou seja, sobre a figura do interlocutor e por isso há uma confirmação da direção da mensagem.

Encontramos, em nosso corpus, apenas dois vocativos sintetizados posicionados no início da frase. Percebemos que não há mudança de sentido,

apenas a entonação não recai mais sobre o vocativo e a confirmação de para quem se está dirigindo a mensagem fica um pouco mais fraca.



Observamos nos quadros, (26) e (27) que a presença do vocativo no início do enunciado não muda o sentido propriamente dito, mas há uma pequena quebra na ênfase da entonação sobre o próprio vocativo.

Não encontramos, em nosso corpus, a presença de vocativos sintetizados mediais.

2.2.3 Soltos

São vocativos separados totalmente de qualquer frase, e, por si só, equivalem a uma frase exclamativa ou interrogativa. Segundo Nascimento (idem), a ênfase desse tipo de vocativo recai sobre o nome próprio.





Os outros recaem sobre os nomes próprios *Cascão*, *Magali*, *Cebolinha* e *Titi*, como em (28) a (31).

Encontramos apenas três vocativos soltos que designam nomes comuns. Tais vocativos são, de igual modo, separados de qualquer frase, e pela quantidade encontrada reafirmamos que a ênfase recai sobre os nomes próprios:



(32)



(33)



(34)

Os vocativos do quadro (32) até o (34) designam nomes comuns, mas foram encontrados em número inferior aos que têm a ênfase sobre os nomes próprios. Lembramos que no quadro (34) analisamos o vocativo “Turma!!”.

2.2.4 Acompanhados de interjeição

São vocativos que aparecem em frases em que há a presença de interjeição. Nesse caso, a interjeição está integrada ao vocativo:



(37)



(38)



2.2.5 Em frases imperativas

São vocativos que aparecem no âmbito de frases imperativas. Segundo Nascimento (2000: 48), em frases imperativas pode haver uma relação do vocativo com o verbo da oração, conforme vimos anteriormente.

(39)



(40)





Segundo Do Lago (1994), a relação estabelecida, através do imperativo, entre o enunciador e o enunciatário é diretamente ligada ao ato e ao momento da enunciação. No momento em que o enunciador faz uso do imperativo, ele está pretendendo, naquele momento, alguma coisa de seu

enunciatário. Isto quer dizer que o enunciador, através do imperativo, reivindica alguma coisa de seu enunciatário. “Essa reivindicação, por sua vez, traz conseqüências ao estilo do discurso utilizado pelo enunciador, pois, para ser convincente, o enunciador precisa apresentar argumentos a seu enunciatário” (Do Lago, 1994: 59).

Segundo a autora, ao lhe reivindicar algo através do imperativo, o enunciador acaba sempre procurando provar para seu enunciatário a necessidade dessa reivindicação. O componente persuasivo aparece, constantemente, nas letras de samba e marchas da década de 30 que a autora analisou. Um componente persuasivo que consiste numa oração coordenada explicativa (sindética ou assindética), colocada imediatamente após a oração imperativa:

¹⁰ “Vem, vem, / que eu dou tudo a você”.

O tópico seguinte mostra vocativos cuja enunciação não é necessária dentro do enunciado. Essa não-necessidade deve-se a tais vocativos designarem uma saudação, e em outros, o enunciador fala de si mesmo, ou ainda, a mensagem não requer uma resposta obrigatória do seu enunciatário, portanto não se faz necessário saber quem é esse enunciatário. Isso quer dizer que, pela mensagem se tratar de uma saudação ou o enunciador falar de si mesmo, o enfoque permanece na figura do enunciador (o locutor), e que o vocativo não tem força para instalar o enunciatário no enunciado. Portanto, não se torna suporte desse mesmo enunciado. Chamaremos esses vocativos de não-suporte.

¹⁰ Do Lago, 1994: 61.

2.3 Vocativo não-suporte

Dividimos esses vocativos em dois níveis: quando a mensagem se trata de uma saudação do enunciador para com seu enunciatário e quando a mensagem designa aquilo que o enunciador fala de si próprio, porém a identificação enunciativa se mantém igual ao vocativo suporte. Isto quer dizer que a identificação pragmática, ou identificação, apenas, na organização da sentença, se faz desnecessária porque a mensagem dos enunciados não requerem uma resposta obrigatória por parte do enunciatário, e coloca o vocativo no lugar de “vocativo não-suporte”. Porém, a identificação do lugar que o vocativo denuncia para o enunciatário, identificação enunciativa, permanece necessária. Isso acontece porque o vocativo, na ordem da enunciação, situa o enunciatário numa categoria enunciativa específica, isto é, no lugar de enunciação, e desse modo, esses vocativos permanecem no lugar de “vocativo suporte”.

Vejamos, então, os vocativos não-suporte sob o ponto de vista de uma identificação pragmática, pelo âmbito da organização da sentença, ou seja, sob aspectos do plano da organicidade.



(43)



(44)



(45)



(46)



Os quadrinhos do (43) ao (48) mostram que a mensagem não requer a participação direta do enunciatário na figura do vocativo, e, portanto, esses vocativos não são necessários, conforme uma identificação no âmbito da organização da estrutura da sentença. Porém, lembramos mais uma vez, a necessidade de identificação é de outra ordem, ou seja, uma identificação enunciativa, já que o vocativo coloca o enunciatário no lugar de enunciação. Neste último caso fica comprovado que a enunciação do vocativo não é

necessária, isso porque essa necessidade não recai no reconhecimento mas na identificação enunciativa do lugar que o enunciatário ocupa, a saber: o lugar de amigo do enunciador. Lembramos também que esse enunciatário, do qual falamos, é os interlocutores das historinhas. Vejamos o enunciado de cada quadrinho acima sem a presença dos vocativos: (43) “Não é hora para gracinhas!”; (44) “Papel de pão é pesado para caramba!”; (45) “A gente vai fazer um papagaio, não uma fantasia de carnaval”; (46) “Ficou ótimo!”; (47) “Ei, sabem que começou a moda dos bonés com ventoinha e orelhas de sabujo?”; (48) “E agora? Como será que vai acabar esta história?”.

Dividimos a categoria de não-suporte em dois níveis: Quando a mensagem designa aquilo que o enunciador fala de si mesmo e quando a mensagem designa uma saudação. Lembramos que esta análise segue, ainda, conforme o plano da organicidade.

2.3.1 Quando a mensagem designa aquilo que o enunciador fala de si mesmo

Nos casos a seguir, a mensagem que o enunciador envia fala de si mesmo, e, por isso, não requer, também, a participação do enunciatário numa resposta a essa enunciação.



(49)



(50)



(51)

Nos quadrinhos de (49), (50) e (51), a mensagem mostra que o enunciador fala dele mesmo e não pede uma resposta de seu enunciatário, por isso o enunciatário, na figura do vocativo, não é suporte. Vejamos a sua enunciação sem a presença do vocativo: (49) “Veja que felicidade!! O monstro nos soltou!!”; (50) “Er...obrigada, mas prefiro eu mesma pintar os meus quadros!”; (51) “ Eu tô imitando o filho do sorveteiro!”.

2.3.2 Quando a mensagem designa uma saudação

Nos quadrinhos a seguir, os vocativos estão no âmbito de mensagens que designam uma saudação. Tais mensagens não requerem resposta obrigatória por parte do enunciatário, sendo assim, o enunciado não está ancorado no vocativo, e, por isso, este não é suporte.



(52)



(53)

(54)



(55)



Todos os vocativos acima podem ser retirados do enunciado que não vai fazer muita diferença, eles não são suportes para a frase porque a mensagem retrata uma saudação, e, neste caso, não se faz necessário identificar para quem essa saudação é destinada. Com a ausência do vocativo, o leitor poderá achar que a saudação vai pra qualquer outra pessoa, mas isso não muda o

sentido da enunciação. Vejamos a enunciação de tais enunciados sem a presença do vocativo: (52-a) “Boa noite”; (52-b) “Boa noite”; (53) “Até outra hora!”; (54) “Bom dia!”; (55) “Tchau!”.

Observamos, portanto, que, ao retirarmos o vocativo dos enunciados, não há a necessidade de se saber para quem o enunciador está destinando a mensagem, isto é, não importa saber quem é o enunciatário, isto numa perspectiva do plano da organicidade, porém, a identificação enunciativa faz-se necessária porque o vocativo continua a situar o enunciatário no lugar de enunciação, especificamente nos exemplos (53) e (54), em que saudar através dos termos “amigo” e “meu jovem” coloca o vocativo num papel enunciativo de grande relevância: inserir o enunciatário no lugar de enunciação específico.

Essa questão nos faz pensar num outro tópico que diferencie melhor a identificação sob aspectos do plano da organicidade da identificação sob aspectos do plano do enunciável, é o que veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO TERCEIRO

3 O vocativo e a constituição enunciativa

Já afirmamos, em nossa introdução, que o vocativo é uma manifestação explícita do interlocutor no plano da enunciação do locutor, pois é através da enunciação do locutor que o interlocutor é interpelado, é chamado a manifestar sua voz.

A questão central está no fato de a sintaxe convencional só operar com o conteúdo do locutor, isto é, com o plano da organicidade daquilo que o locutor fala. É por isso que em frases como:

¹¹ Pare, Cebolinha! Ou leva coelhada!

a sintaxe convencional direciona sua análise para, simplesmente, a organização estrutural da frase, isto é, a organização dos termos sintáticos (sujeito, predicado e complementos, etc.).

Quando, porém, resgatamos o plano da enunciação do locutor, podemos captar um lugar sintático, considerado periférico, que é exatamente o lugar do interlocutor, através da presença do vocativo.

Observando os exemplos de nosso corpus, podemos constatar que, através do vocativo, o interlocutor (enunciatário) também pode assumir um lugar, uma posição, e marca, assim, algo que escapa à organização da frase, ao conteúdo do locutor.

Segundo Guimarães (2002), e conforme já mencionamos, para o sujeito assumir a palavra, é necessário pôr-se no lugar que enuncia, o lugar de locutor,

¹¹ A Turma da Mônica, nº 183, p. 50.

mas dependendo da situação de diálogo, com quem o locutor fale, este tem, através do vocativo, “o poder” de apontar para uma posição de seu interlocutor. O interlocutor, também, tem que estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar. Vejamos:

3.1 Análise quanto à constituição da subjetividade





(58)

Os exemplos acima designam posições que o interlocutor ocupa, e isso só é possível identificar através do uso do vocativo. O exemplo (56) mostra a posição que o interlocutor ocupa de professor, e, conseqüentemente, a posição ocupada pelo locutor de aluno. No (57), a posição que se percebe é a de pai. No exemplo (58) percebe-se a posição de primo.

Observamos, portanto, que o vocativo pode contribuir para se compor a figura do interlocutor, como também mostrar que esse interlocutor pode assumir uma posição na cena enunciativa (no acontecimento), e, ainda, mostrar o lugar social que este ocupa, como vimos no exemplo (56). Neste exemplo, vê-se que o interlocutor está assegurado na força da instituição escola, através da posição de professor.

Vale lembrar Do Lago (1994: 84), quando diz que “o vocativo introduz no texto uma marca da presença do enunciatário (interlocutor), e pode deslocar o enfoque da 1ª pessoa para a 2ª pessoa”. Fiorin (1996) também nos fala sobre isso. Ele diz que este “narrador de 2º grau” (o interlocutor) muitas vezes substitui o primeiro, quando este lhe dá a palavra. Essa palavra é

passada a ele através do termo vocativo, pois é através do mesmo que o interlocutor assume a palavra dentro do enunciado (p. 113).

Esse narrador segundo (de 2º grau) tem o mesmo estatuto teórico do interlocutor; o que acontece é que sua instalação no enunciado desencadeia não um pequeno diálogo entre personagens, mas uma organização do texto em sua globalidade, ou, pelo menos, de grande parte dele (p. 112). Nessa instância, a função do narrador/enunciador como que se apaga, e passa a ser ocupada pelo interlocutor, através da presença do vocativo.

Segundo Fiorin (idem), não só a voz que enuncia (enunciador/locutor) está ligada à instância da enunciação, mas também as pessoas que participam do enunciado são indicadas em relação ao “eu” do narrador. Como há um nível de narração (enunciação), deve-se distinguir as pessoas da enunciação e as do enunciado (p. 115). É preciso diferenciar o “eu” da enunciação do “eu” do enunciado.

É o que Dias (1998) classifica como sujeito do discurso, e da memória, e que não coincide necessariamente com o sujeito gramatical.

Segundo Dias (idem), uma análise produzida como lição gramatical só tem compromisso com a fixação de uma constante na língua, daí porque o gramático nesse momento se atém ao aspecto formal. É o que acontece com o vocativo. As gramáticas, de modo geral, apegam-se à necessidade de se saber o que é constante na língua, o que está além de qualquer contexto, o que atravessa todas as ocorrências.

No caso do vocativo, as gramáticas esquecem de o considerar como “termo-participante-ativo” do enunciado, e que o enunciado é um fato discursivo. A ausência ou presença do vocativo, no enunciado, pode contribuir para um melhor entendimento da mensagem por parte do leitor, isto é, conforme a presença do vocativo o leitor poderá, mais facilmente, identificar

para quem o locutor está destinando a sua mensagem. Isto veremos detalhadamente mais adiante.

Para Dias, trabalhar com o conceito de fato discursivo implica em resgatar a dimensão enunciativa da frase. É considerar que, ao mesmo tempo, ela é produto e processo.

Isso implica que a análise de uma frase, dada como fato discursivo, não deve se deter apenas no modo das relações estritamente lingüísticas (o plano da organicidade), mas no discurso que dá sentido ao seu aparecimento (plano do enunciável).

O plano do enunciável é regulado pelo discurso. O sentido do termo “enunciável” neste estudo está agregado à concepção de enunciação que adotamos. A enunciação como acontecimento histórico relativo à produção do enunciado (Guimarães, 1995). Dessa forma, o plano do enunciável diz respeito às instâncias nas quais o dizer ganha pertinência. Tais instâncias correspondem a diferentes domínios de discurso.

É nessa ordem do enunciável que o vocativo ganha “status” sintático, o lugar real do vocativo pode ser resgatado, pois se a frase (vista agora como fato discursivo) se filia à memória social e produz discurso, a ausência ou presença do vocativo pode contribuir para efeitos de sentido x ou y. Assim, o vocativo deixa de ocupar um lugar periférico na análise sintática, e ganha status como, talvez, âncora do enunciado.

Antes de mostrarmos a análise conforme a ausência ou presença do vocativo, veremos a análise de acordo com o conteúdo metafórico, segundo o que Do Lago (1994) observou, também, em seu corpus (as letras de sambas e marchas da década de 30).

Segundo Do Lago (1994), há vocativos que apresentam um conteúdo metafórico e expressam, assim, o valor de ironia, desprezo e afeto, conforme o que ela observou em seu corpus.

Em nosso corpus, constatamos a utilização de algumas dessas expressões:

3.1.1 Análise quanto aos efeitos de sentido na enunciação

3.1.2 Desprezo

Podemos, também, chamar este tópico de Xingamento. Ocorre quando o enunciador não mostra nenhum tipo de afeição por seu enunciatário.

(59)





(60)



(61)



Observamos que os vocativos “seu moleque” (nos dois primeiros quadrinhos); “golducha” e “mané” mostram que o enunciador não valoriza o seu enunciatário, e, por isso, há o xingamento ou o desprezo. Esse é um efeito de sentido advindo diretamente do vocativo.

3.1.3 Ironia

Tais vocativos têm a característica de dissimular a verdade, e adquirir um tom de ironia.



(63)



(64)



(65)



(66)

Em (64) o vocativo poderia expressar afeto, mas pelo contexto e pela imagem percebemos que se trata de uma ironia. O mesmo acontece com os demais vocativos: “primão”; “fofinha” e “faraó” podem ter uma certa característica de afeto, mas pelo desenrolar do texto, e pela imagem do quadrinho fica claro o tom de ironia em tais vocativos. Além disso, como já fora mencionado, o lugar do enunciatário, considerado periférico, é resgatado

através do plano da enunciação e na figura do vocativo. Isto pode mostrar que o vocativo fornece uma identidade ao interlocutor (enunciatário), colocando-o em determinada posição x. É o caso de (66), em que, através do vocativo, o enunciador ocupa o mesmo lugar dos “faraós”.

3.1.4 Afeto

Este tópico se mostra em dois níveis. Segundo a autora citada, o primeiro é no nível morfológico, através do diminutivo. E o segundo é no nível léxico, através de termos subjetivos, sejam eles substantivos ou adjetivos (p. 34).





(68)



(69)



(70)



(71)



(72)

Os vocativos “Marininha”; “amiguinho”, “Zequinha” e “tiozinho” estão no nível morfológico, isto é, o enunciador, para demonstrar com mais intensidade seu afeto por seu enunciatário, os enunciou no diminutivo. Já os vocativos “amor” e “amigo” estão no nível léxico, pois podem assumir o valor de substantivo ou adjetivo.

Todas as categorias analisadas acima: desprezo, ironia e afeto, são efeitos de sentido pela presença do vocativo, porém, se retirarmos o vocativo do enunciado, esse efeito mudará para outro qualquer. Veremos, agora, cada quadrinho acima sem a presença do vocativo.

Desprezo: (59) “Eu pego você!”; (60) “Ta pensando que eu sou surdo?!”; (61) “Que papo é esse de vamos lá? Esse papagaio é meu!!”.

Ironia: (63) “Vai ficar difícil!”; (64) “Veja que felicidade!! O monstro nos soltou!!”; (65) “ Pois é, não vai dar pra ir!”; (66) “Certo!”.

Afeto: (67) “Calma, eu já dou um jeito nisso!”; (68) “E agora? Como será que vai acabar esta história?”; (69) “Que tal?”; (70) “Uau, como fez isso?”; (71) “O que você achou?”; (72) “Até outra hora!”.

Em cada categoria acima, sem a presença dos vocativos que expressavam o sentido dessas categorias, observa-se que houve alguma alteração no efeito desse sentido, isto é, sem os vocativos, o discurso dos enunciados perde o efeito de sentido de *desprezo*, *ironia* e *afeto*.

3.2 Quanto à constituição enunciativa

Percebemos que, em alguns casos de nosso corpus, a ausência do vocativo dificulta a identificação do enunciatário, isso ocorre porque no plano do enunciável é necessário se saber para quem o enunciador está dirigindo a mensagem. Para que o leitor compreenda com quem o enunciador está falando e identifique que posição o enunciatário está assumindo é preciso a enunciação do vocativo, pois todo o enunciado está ancorado nessa enunciação. Vamos chamar tais vocativos de “vocativo suporte”, pois os

mesmos funcionam como suporte do enunciado, e sem eles fica impossível a identificação do enunciatário. No plano do enunciável.

Antes, porém, de seguirmos com a análise dos vocativos, é necessário fazermos um percurso pelas três condições de suporte para o fato gramatical que Dias (2004) apresenta.

Segundo Dias, o fato gramatical está concebido sobre três condições que lhes fornece suporte, especialmente nas gramáticas brasileiras. Estas três condições são: distributivas, atributivas e operativas.

As condições distributivas dizem respeito à conformação de unidades na cadeia. A constituição dessa cadeia está centrada nos elementos (termos) que se relacionam interdependentemente (idem p. 6). Dessa maneira, no exemplo:



as condições distributivas designam, apenas, a distribuição dos termos “certo” e “faraó” dentro da cadeia. Essa distribuição é de interdependência e se centra, lingüisticamente, nos elementos que se relacionam na sentença. Nesse caso, a GT diz que o vocativo é desconectado da frase, porém, há de se levar em conta alguma relação entre os elementos da sentença (66), e as condições distributivas, como já dissemos, centra-se nessa relação.

Vamos nos deter um pouco mais nas condições atributivas e nas operativas. A primeira diz respeito à projeção de lugares das unidades na cadeia. Nesse ponto de vista, a cadeia deixa de ser configurada como “termo” para ser configurada como “lugar-suporte”. A segunda (condições operativas) diz respeito ao preenchimento desses lugares e às repercussões desse preenchimento fora da cadeia (idem p. 7).

As condições atributivas operam com a atribuição (ou projeção) de lugares na sentença, isto é, há a projeção de um lugar, dentro da cadeia, que deverá ser preenchido. No caso de (66), o vocativo assume o papel de atribuir esse lugar-suporte que será preenchido. Vejamos:



Em (56), o vocativo projeta um lugar-suporte que foi preenchido por “profe” (professor), e pode, talvez, manter uma relação enunciativa. O preenchimento desse lugar está sob aspectos configurados nas condições operativas, isto porque estas condições operam, justamente, com os preenchimentos dos lugares-suporte, e com a relação desse preenchimento com o que está exterior à sentença. No caso de (56), as condições atributivas se centram na projeção que o vocativo assume, e as condições operativas vão

operar com o próprio preenchimento desse lugar projetado, ou seja, a enunciação de “profe”, e a relação dessa enunciação com o que está fora da cadeia, isto é, a enunciação de “profe” pode, talvez, manter uma relação enunciativa com a instituição que dá suporte à figura do professor, ou seja, a escola.

Podemos, então, relacionar a presença do vocativo na sentença às condições atributivas e operativas. O vocativo suporte (que veremos adiante) configura um lugar-suporte, dentro da cadeia, já que a sua presença enunciativa é elementar. E esse lugar, quando está sobre condições operativas, é necessário ser preenchido ou ocupado, daí o vocativo passa de um lugar, antes periférico, para assumir um lugar projetado, e todo o enunciado passa a estar ancorado nesse lugar de “status” que o vocativo ocupa.

Vejamos, então, a análise do vocativo suporte.

3.2.1 Vocativo suporte

Sempre há a necessidade de se identificar o enunciatário, e tais vocativos servem como âncora do enunciado, e essa identificação sempre se faz necessária no âmbito do plano do enunciável. Sem sua presença a mensagem perde a direção x, isto é, o leitor poderá achar que a mensagem é dirigida a qualquer outra pessoa, sem ser, necessariamente, o enunciatário x. Claro que, nos vocativos que seguem nos quadrinhos abaixo, a imagem contribui para uma identificação mais rápida, por parte do leitor, sobre quem é o enunciatário x, mas se levarmos em conta apenas o texto, a ausência do vocativo dificultará a identificação de tal enunciatário. A ausência desse vocativo não muda o

efeito de sentido, mas pode mudar, para o leitor, a direção da mensagem, causando, assim, dúvidas quanto a quem, ou a que, o enunciador está destinando a sua fala, isto é, quem, realmente, é o seu enunciatário.





(75)



(76)



(77)



(78)



(82)



(83)





(84)



(85)

(86)



Em todos os quadrinhos acima, a ausência do vocativo pode fazer o leitor pensar que a mensagem está direcionada para qualquer outra pessoa, salvo pela imagem que contribui para uma identificação de quem é o enunciatário. Nos casos de (73), (75), até (76), (79) e (81) observamos que logo após a enunciação do vocativo, há a presença do pronome *você*. Isso pode sugerir ao leitor que, sem a presença do vocativo, a mensagem está direcionada ao personagem representado por *você*, mas como identificar quem é esse *você* sem a presença do vocativo? Claro que a imagem, como já dissemos, contribui para se identificar para quem se está dirigindo a mensagem, porém, estamos analisando da perspectiva do texto escrito apenas. Já nos casos de (82) e (84), não há a presença do pronome *você* logo após a enunciação do vocativo, neste caso fica mais difícil ainda para o leitor identificar o enunciatário. Vejamos os dois casos sem a presença de tais vocativos: (82) “Quieto!” e (84) “E aí, foi bem na prova?”. Observa-se que sem a presença dos vocativos, respectivamente, *Cebolinha* e *Rolo*, não pode haver uma identificação do enunciatário, claro, sem levar em conta a imagem, embora a imagem também constitui sentidos. No caso do (86), há a presença de dois vocativos no mesmo enunciado, porém, o primeiro vocativo pode ser suprimido, já que o

enunciador fala de si mesmo: “bom, (...), tenho que ir”. O segundo vocativo é necessário para a identificação do enunciatário, pois neste o enunciador destina a mensagem: “Pendura a minha, Mané!”.

Quando a gramática diz que o vocativo é “desestruturado” da frase, nos leva a crer que ele não tem nenhuma importância para o enunciado. Isso porque a gramática trabalha, apenas, como já mencionamos, com o plano da organicidade, a estrutura frasal, o lingüístico puramente. No entanto, pudemos observar, nos exemplos analisados acima, que o vocativo tem uma função a mais na frase, além de designar chamamento ou apelo. O vocativo, visto por um olhar sob aspectos da enunciação, ou seja, pelo plano do enunciável, passa a desempenhar um papel de maior destaque, em alguns enunciados, o de suporte ou âncora do enunciado para uma melhor identificação do enunciatário. Por isso, relembremos a citação de Do Lago (1994:84) que “o vocativo introduz no texto uma marca da presença do enunciatário (interlocutor), e pode deslocar o enfoque da 1ª pessoa para a 2ª pessoa”. Observamos isso nessa categoria, quando o vocativo é suporte e, através de sua presença na frase, o enunciatário ganha destaque e o enfoque da mensagem passa da 1ª pessoa (o enunciador) para a 2ª pessoa (o enunciatário).

Isso nos mostra que o vocativo é um elemento que pode operar na disjunção entre o plano da organicidade sintática e o plano do enunciável. Ele é uma inserção na organicidade da sentença, mas mantém, também, sua condição de exterioridade.

Ao afirmarmos isso, queremos dizer que o vocativo é uma manifestação explícita do interlocutor no plano da enunciação do locutor, isso porque é através da fala do locutor (enunciador) que o interlocutor (enunciatário) é interpelado (lembramos mais uma vez que se trata do locutor e interlocutor das historinhas). Isto é, ao resgatarmos o plano da enunciação do locutor,

captamos um lugar sintático, considerado periférico, e que é o lugar do interlocutor através da presença do vocativo.

3.3 Enunciação e Sintaxe: um lugar para o vocativo

Como já fora mencionado no capítulo primeiro, a sintaxe, como base de articulação das palavras, frases e sentenças entre si, não deve se limitar ao nível puramente lingüístico, a saber o plano da organicidade apenas, mas a sintaxe (uma nova sintaxe) deve abordar, também, os elementos da enunciação, ou seja, aquilo que está fora da estrutura orgânica dos enunciados. A sintaxe deve transitar entre a organização estrutural da sentença e a enunciação, isto é, entre o plano da organicidade e o plano do enunciável.

Dessa forma, a sintaxe articulando os elementos da estrutura e do enunciável, entre si, há de se reconhecer um lugar para o vocativo, um lugar específico e de status. Esse lugar, como observamos nos tópicos anteriores, desse mesmo capítulo, é real e sua constatação só é possível no plano do enunciável, quando na retomada do interlocutor (enunciatário) por parte do locutor (enunciador), assim, o vocativo fornece uma identidade ao interlocutor, e esta é a sua função enunciativa, já que, estruturalmente, ele já exerce a função de “chamamento” (já estabelecida pela sintaxe convencional). Quando o vocativo dá uma identidade ao enunciatário, coloca-o em determinada posição x, ou y, assume, assim, o lugar de vocativo suporte. É o caso de:

(66)¹²



em que, através do vocativo, o interlocutor ganhou uma identidade enunciativa e assumiu a posição, ou o lugar, ocupado pelos “faraós”. Em casos assim, o vocativo serve como âncora da sentença e pode ser classificado como vocativo suporte, fazendo com que a identificação do interlocutor seja, absolutamente, necessária.

Vejamos ainda:

(56)



¹² Exemplo já analisado em tópico anterior.

(57)



(58)



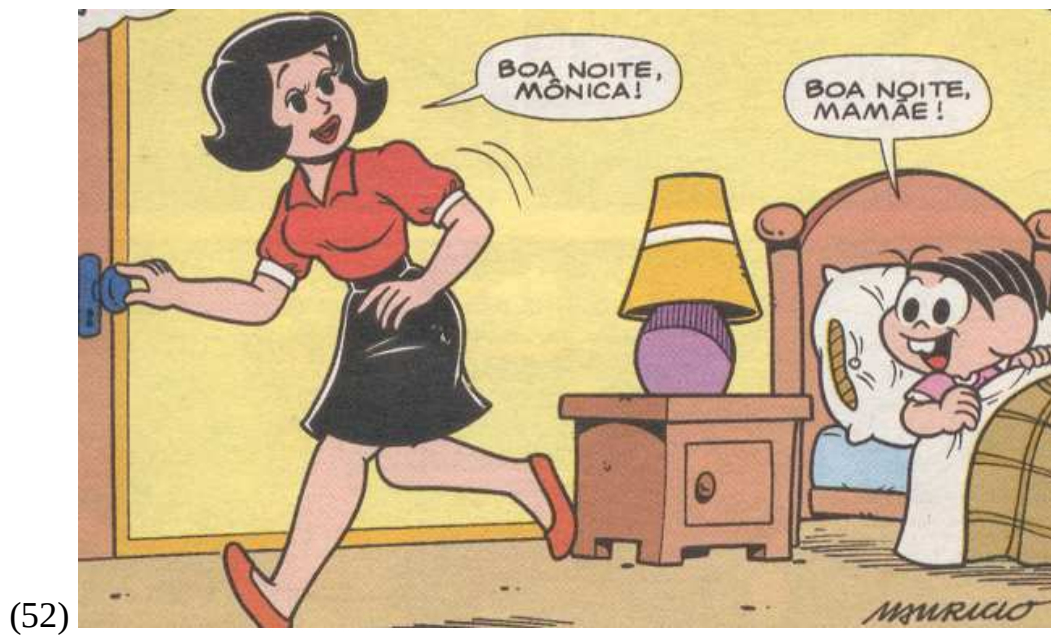
Nos exemplos (56), (57) e (58), respectivamente, o vocativo aponta para uma posição de professor (profe), de pai (paiê), e de primo (primo Nelson), mostrando, mais vez, que o enunciatário ocupa um determinado lugar na enunciação do enunciador, e através da presença do vocativo no enunciado.

Nos casos em que classificamos como vocativo não-suporte, a identificação do interlocutor é desnecessária, na ordem da organização da sentença, pois a identificação que prevalece é de outra ordem, ou seja, da ordem do enunciável. É aqui que diferenciamos a identificação pragmática da identificação enunciativa. Classificamos como vocativo não-suporte os casos em que a identificação pragmática é desnecessária, isto é, a identificação do

interlocutor, apenas, no âmbito da organicidade, na estrutura lingüística da sentença. A mensagem dessas sentenças não requer uma resposta obrigatória por parte do enunciatário, isso faz com que o reconhecimento desse enunciatário, na figura do vocativo, e sob o ponto de vista pragmático, seja desnecessário. Porém, visto pelo âmbito da enunciação, essa identificação se mantém, pois o vocativo continua a denunciar lugares, ou posições, para o interlocutor. Vejamos, novamente, alguns exemplos:



¹³ Os exemplos (46), (68), (52), (72) e (54) já foram analisados em tópico anterior.



(54)



Nos quadrinhos acima se pode observar que, mesmo sendo um vocativo não-suporte, sob um olhar da organicidade, continua, ou permanece, a situar o enunciatário numa categoria enunciativa específica, num lugar de enunciação, e isso faz dele (o vocativo) um termo suporte, sob um olhar do enunciável.

Dessa forma, observamos que o vocativo é suporte, ou âncora, para a sentença porque denuncia lugares para o enunciatário. Em (46), (68), (52) (72) e (54), o vocativo denuncia para o interlocutor, respectivamente, as posições de “rapaz”, “amiguinho”, “mamãe”, “amigo” e “meu jovem”. E observamos, também, que o vocativo não é suporte para a sentença quando seu reconhecimento não é necessário, visto que a mensagem não requer uma resposta obrigatória por parte do interlocutor, e, claro, levando-se em conta, apenas, o plano da organicidade. Diríamos, então que, do ponto de vista da estrutura da frase (da organização), o vocativo não é suporte, e, do ponto de vista da enunciação, o vocativo é suporte para a sentença. Lembramos, ainda, que, quando falamos em vocativo suporte, no âmbito do enunciável, queremos dizer que a necessidade dele dentro da frase não recai, apenas, no

reconhecimento, ou não, do interlocutor, mas recai na identificação do lugar enunciativo que o mesmo denuncia para esse interlocutor. Portanto, retomamos o que já fora dito no início deste capítulo, e na introdução: que o vocativo é uma manifestação explícita do interlocutor no plano da enunciação do locutor, isto quer dizer que o interlocutor é interpelado, pelo locutor, através da posição que o vocativo denuncia, e que há um lugar para o vocativo na sentença. Esse lugar se constitui em orgânico e enunciativo. Sintaticamente, o vocativo ocupa um lugar considerado periférico, que é o lugar com função sintática de “chamamento”. E, enunciativamente, ele pode ocupar o lugar de status e reconhecimento, que é o lugar de enunciação, com a função enunciativa de denunciar posições para o interlocutor.

Assim, constatamos que a sintaxe convencional, que direciona sua análise, apenas, para a organização estrutural da frase, não pode abrigar um lugar de maior relevância para o vocativo. Por isso, uma nova sintaxe faz-se necessária, uma sintaxe que considere não só a estrutura lingüística da sentença, mas que leve em conta, também, os elementos da exterioridade. Uma sintaxe fundamentada na teoria da enunciação seria capaz de abrigar um lugar enunciativo para o vocativo, um lugar no qual ele seria o suporte da sentença, e que exerceria a função sintática de “chamamento”, e a função enunciativa de apontar posições para o enunciatário, ao mesmo tempo. Só numa sintaxe de ordem enunciativa, o vocativo deixa de ser desconectado da frase (como afirma os gramáticos) para se integrar a ela como termo suporte, e passa a ter, também, a função de configurar lugares para o enunciatário (interlocutor).

Queremos retomar, ainda, os tópicos do capítulo primeiro, nos quais discorreremos sobre memória, acontecimento, enunciação, sentido e

subjetividade, para relacionar e especificar melhor o papel do vocativo no enunciado.

Como vimos, o vocativo tem a função enunciativa de projetar lugares a serem ocupados. A ocupação desses lugares por determinado sujeito vai causar determinado efeito de sentido, assim como a presença do vocativo, ou não, pode proporcionar efeito x ou y. Isto pode nos apontar para que a enunciação do vocativo pode nos fornecer efeitos diversos, ou não, de sentido, como vimos no tópico 3.2. Além disso, a ocupação dos lugares, apontados pelo vocativo, fornece-nos determinada posição do sujeito, ou como este sujeito se apresenta no enunciado, o que observamos no tópico 3.1. Toda essa relação do vocativo com o sentido e a subjetividade também está, de algum modo, ligada à memória discursiva e ao acontecimento de língua, pois o vocativo, no âmbito da enunciação ou da organicidade, não deixa de ser um acontecimento de língua. Como todo acontecimento pode manter relação com a memória discursiva, o vocativo também se filia, juntamente com o acontecimento, à memória social, tendo a história como um meio para isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos em nosso corpus as diversas formas sob as quais o vocativo aparece.

1.Quanto à estrutura frasal, os categorizamos em: textualizados, sintetizados, soltos, acompanhados de interjeição e em frases imperativas. Isso porque nessa categoria analisamos o vocativo apenas no âmbito lingüístico da frase. Textualizados são aqueles vocativos separados do restante da frase por

um ponto final, de exclamação ou de interrogação. Tais vocativos sempre vêm no início da sentença. Sintetizados são os vocativos separados apenas por uma vírgula. Podem vir no meio ou no final da frase. Soltos são os que são separados totalmente de qualquer frase, e equivalem a uma frase exclamativa ou interrogativa. Há, também, os vocativos acompanhados de interjeição. São aqueles cuja interjeição está totalmente integrada a ele. Por fim, há os vocativos que aparecem em frases imperativas, e, segundo Nascimento (2000), tais vocativos podem estar relacionados com o verbo da oração.

A análise das categorias acima se resume, apenas, ao modo como tais vocativos se posicionam nas frases dos textos em quadrinhos. É uma análise do conteúdo do locutor, do lingüístico puramente dito, isto é, o plano da organicidade. Ainda, no campo do plano da organicidade, estão os vocativos considerados não-suporte. Este é aquele que, lingüisticamente, não é necessário no enunciado, não é fundamental, a mensagem não requer uma resposta obrigatória por parte do interlocutor, portanto, não se faz necessária o reconhecimento desse interlocutor. Essa categoria é reconhecida, apenas, pelo plano da organicidade. Lembremos, ainda, que, mesmo o vocativo considerado não-suporte mantém a função enunciativa de designar lugares para o enunciatário, embora essa função não seja identificada no plano da organização lingüística, mas esta se revela através da enunciação. Dividimos a categoria de não-suporte em dois níveis, a saber: quando a mensagem trata daquilo que o enunciador fala de si mesmo e quando a mensagem trata de uma saudação.

2.Quanto à constituição da subjetividade, isto é, como o sujeito se apresenta, vimos que o enunciatário também pode assumir um lugar, uma posição, através do termo vocativo. Isto ocorre porque o enunciador tem, através do termo vocativo, o poder de apontar para uma posição de seu

enunciatório. Nos exemplos dessa categoria, observamos que o vocativo pode contribuir para se compor a figura do interlocutor e a posição social que este ocupa.

3. Quanto aos efeitos de sentido, ou seja, a presença do vocativo pode proporcionar determinado efeito de sentido. Categorizamos vocativos que designam desprezo, ironia, afeto.

4. Quanto à constituição enunciativa, a presença do vocativo pode apontar para lugares, ou posições, dentro do enunciado, a serem ocupados pelo enunciatório. O vocativo manifesta explicitamente a posição que o interlocutor assume através da interpelação desse mesmo interlocutor, por parte do locutor, e se constitui num lugar de suporte. Esses lugares, ou posições, não seriam explícitos sem a presença do vocativo na sentença.

Vimos, então, vocativos que designam desprezo, ironia e afeto. No desprezo, o vocativo mostra que o enunciador não demonstra nenhum tipo de afeição por seu enunciatório. A ironia tem como característica de dissimular a verdade, e, em algumas vezes, esse tom irônico só fica claro pelo contexto de toda a frase. Afeto é um tópico que em dois níveis, morfológico e léxico, mostra que o enunciador tem afetividade por seu enunciatório.

Podemos constatar, então, que, do ponto de vista da enunciação, o vocativo pode funcionar como âncora do enunciado, isto porque o vocativo tem a função de denunciar lugares, ou posições, para serem ocupados pelo enunciatório (interlocutor), como já fora mencionado. Chamamos esse vocativo de *vocativo suporte*, pois este é a base, é a âncora do enunciado, e é reconhecido e identificado através do plano do enunciável.

O vocativo é o termo que funciona como âncora ou suporte do enunciado, e, dessa maneira, pode haver uma integração dele à frase. Ele

possui a função sintática de “chamamento”, isso visto sob aspectos do plano da organicidade, e conforme já está estabelecido pela sintaxe convencional, e possui, também, a função enunciativa de denunciar lugares, ou posições, para o enunciatário, conforme aspectos do plano do enunciável. E, ainda, conforme a sintaxe convencional, o vocativo é desconectado da frase (como o conceituam os gramáticos), mas, numa sintaxe de base fundamentada na teoria da enunciação, ele ganha integração sintática-enunciativa na frase, e passa a desempenhar, além da função de “chamamento”, a função de apontar, ou estabelecer, lugares (ou posições) para serem ocupados pelo enunciatário.

Tentamos enquadrar seu conceito nessa sintaxe enunciativa, quando dizemos que o vocativo é uma manifestação explícita do interlocutor no plano da enunciação do locutor, pois é através da enunciação do locutor (enunciador) que o interlocutor (enunciatário) é interpelado, é chamado a declarar sua voz.

Tentamos, com este estudo, mostrar que o vocativo pode ter, além de uma função sintática convencional, uma função de suporte do enunciado e um lugar de *status* dentro da análise sintática, dentro de uma sintaxe com base enunciativa. Isto porque este estudo tentou mostrar que o vocativo é um elemento operacional na disjunção entre o plano da organicidade sintática e o plano do enunciável. Ele é, ao mesmo tempo, uma inserção na organização da sentença, e, também, sustenta sua condição de exterioridade.

O vocativo é uma manifestação explícita do interlocutor no plano da enunciação do locutor, porque é através da fala do locutor que o interlocutor é interpelado, e instalado na enunciação do enunciado. Contudo, essa constatação só é possível através de uma análise sintática que leve em consideração, tanto o plano da organicidade, como também, e principalmente, o plano do enunciável, ou seja, uma sintaxe de base enunciativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARD, Pierre. *Memória e Produção Discursiva do Sentido*. In NUNES, José Horta (trad.). *Papel da Memória*. Campinas, Pontes, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- BARBOSA, Rosemary Evaristo. *Destecendo a teia do texto: uma abordagem discursivo-ideológica de A Turma da Mônica*. Dissertação de Mestrado, João Pessoa, UFPB, 2001.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro, Lucerne, 2001.

- BENVENISTE, Emile. *Problemas de Lingüística Geral*. Vol. I e II. Campinas, Pontes, 1989.
- CARDOSO, Sílvia H. Babi. *Discurso e Ensino*. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.
- CHOMSKY, Noan. *Aspectos de la teoria de la sintaxis*. Madrid, Aguilar, 1971.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, FAE, 1986.
- DIAS, Luiz Francisco. *Fundamentos do Sujeito Gramatical: uma perspectiva da enunciação*. In: ZANDWAIS, Ana (org.). *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: UFGS/Sagra Luzzato, 2002, p. 47-63.
- _____. *Gramática e Ensino do Português: abrindo horizontes*. In: Moura, Denilda (org.). *Língua e ensino: dimensões heterogêneas*. Maceió: EDUFAL, 2000. p. 21-28.
- _____. *O Fato Lingüístico e a constituição de um Saber de entremeio*. In: RÖSING, T. MK & BECKER, P. (org.). *Jornadas Literárias de Passo Fundo: 20 anos de história. Ensaios*. Passo Fundo: UPF/Edelbra, 2001, p. 191-198.
- _____. *Gramática na sala de aula: da lição gramatical ao fato discursivo*. Vivência, Natal, UFRN, v.12, n.1, 1998, p.113-120.
- _____. *A sintaxe em novas dimensões*. In: TOLDO, Claudia S. (org.). *Questões de Lingüística*. Passo Fundo: UPF, 2003, P. 57-69.
- _____. *Aspectos de uma gramática explicativa: a ocupação do lugar do objeto direto*. Textura, Canoas, v. 5, 2002, p. 23-30.
- _____. *A Omissão do Pronome no Português do Brasil: perspectivas de abordagem*. Ecos, Cáceres: Unemat Editora, v. 1, n. 1, 2003, p. 201-211.
- _____. *Enunciação e Gramática: avaliações e perspectivas do campo de produção de gramáticas no Brasil contemporâneo*. In: GUIMARÃES, E. (org.). *Gramáticas brasileiras*, 2004 (no prelo).
- DO LAGO, Mônica Maria Chiquetto. *Aspectos da Enunciação em letras de samba e marchas da década de trinta*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1994.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Da Ambigüidade ao Equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre, Ed. da Universidade, UFRGS, 2000.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da Enunciação*. São Paulo, Ática, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Loyola, 2000.
- GENOWBIER, Emile e PEYTARD, Jean. *Lingüística e Ensino do Português*. Coimbra, Almeida, 1974.

- GOUVEIA, Carlos. *Pragmática*. In. FARIA, I. H et alii. *Introdução à Lingüística Geral e Portuguesa*. Lisboa, Caminho, 1996.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, Pontes, 1995.
- _____. *Semântica do Acontecimento*. Campinas, Pontes, 2002.
- _____. *O Político e os espaços de Enunciação*. Conferência no I Encontro Nacional de Linguagem, História, Cultura, UNEMAT, 2000.
- HENRY, Paul. *A Ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.
- LOBATO, Lúcia M. *Teorias Lingüísticas e Ensino do Português como língua materna*. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1978.
- NASCIMENTO, Adriana Ferreira. *Análise prosódica do vocativo na fala de crianças: uma abordagem fonética*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 2000.
- ORLANDI, Eni. Maio de 1968: os silêncios da memória. In. NUNES, José Horta. *Papel da Memória*. Campinas, Pontes, 1999.
- _____. *Discurso e Leitura*. Campinas, Cortez e Ed. da Unicamp, 2000.
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 2001.
- _____. *Interpretação – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- _____. *A Linguagem e seu Funcionamento – as formas do discurso*. Campinas, Pontes, 2001.
- _____. *O que é Lingüística*. São Paulo, Brasiliense, 2001.
- _____. *A Leitura e os Leitores*. Campinas, Pontes, 1998.
- _____. *Língua e Conhecimento Lingüístico – para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2002.
- PÊCHAUX, Michel. *Por uma Análise Automática do Discurso*. In. GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs.), Campinas, Ed. Da Unicamp, 1997.
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1998.
- _____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes, 2002.
- PERINI, Mário A. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo, Ática, 2002.
- SOUSA, Maurício de. *A Turma da Mônica*. Editora Globo, n.121, 1997.
- _____. *A Turma da Mônica*. Editora Globo, n.186, 2002.
- _____. *A Turma da Mônica*. Editora Globo, n.183, 2001.

_____. *Cascão*. Editora Globo, n.381, 2001.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de Discurso e Psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.